

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

*Coordenação de Documentos Escritos
Documentos do Executivo e do Legislativo*

BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.1386

**Processo GAB nº 100.520
17/07/1978**

66 folhas/70 páginas

CONFIDENCIAL

①

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
GABINETE DO MINISTRO	
N.º 100520SI	DATA 17 JUL 78
DOCUMENTO SIGILOSO	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 584/78 /DSI/MJ

DATA: 14 de Julho de 1978

ASSUNTO: SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO (SNT) - NONO CONCURSO DE DRAMATURGIA.

ORIGEM: CISA

REFERÊNCIA:

DIFUSÃO: EXMº SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA

*De ordem, ao Sr.
Aufé do Gabinete.*

17.7.78

*Bernardo B. Galvão
Assessor Especial
do Ministro da Justiça*

DIFUSÃO ANTERIOR: AC/SNI - CIE - CENIMAR - CI/DPF - DSI/MEC

ANEXO: Cópia de recorte de jornal (01 folha)

O jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO - 20/05/78" publicou, sob o título "JURI IMPÕE CONDIÇÕES PARA JULGAR", a relação dos críticos que o Diretor do SNT, ORLANDO MIRANDA, convidou para compor o Juri do 9º CONCURSO DE DRAMATURGIA.

Observe-se que o Juri "não tolerará qualquer pressão, aditamento ou estabelecimento de condições, de qualquer órgão considerado alheio e intruso ao âmbito cultural", numa alusão velada à Censura Federal.

Observe-se que o Juri "aguarda a premiação dos vencedores, e a leitura pública, a edição e a montagem patrocinada dos textos que consideramos merecedores dos primeiros lugares".

Dos 5 (cinco) membros do Juri, 4 (quatro) registram os antecedentes abaixo:

TÂNIA PACHECO - foi objeto de Informe que trata da peça "SE CHOVESSE VOCES ESTRAGARIAM TODOS", de autoria de CLOVIS LEVI e TANIA PACHECO, e que diz:

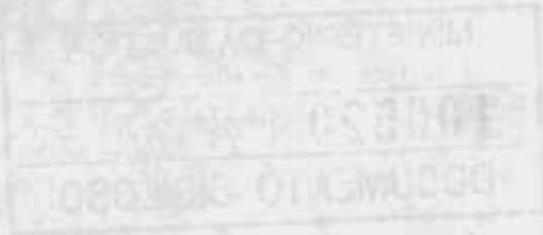
"A peça procura satirizar os "slogans" publicitários do Governo, como, por exemplo "A segurança é essencial para o desenvolvimento". Vale-se, também, de recursos visuais (projeção de slides) para chamar a atenção do público para as torturas, miséria, etc".

JAIRO DE ANDRADE - em novembro de 1962, em Uruguaiana/RS, foi expulso de colégio, por nele haver afixado panfleto subversivo sobre o aniversário da Intentona Comunista de 1935 (Informação). O panfleto tinha a seguinte redação:

segue.....

CONFIDENCIAL

12



INFORMAÇÃO
 Nº 100.520-5/28

Em 10 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

Em 11 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

Em 12 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

Em 13 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

Em 14 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

Em 15 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

Em 16 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

Em 17 de maio de 1964, o Sr. [illegible] foi ouvido em audiência pública, tendo sido ouvido também o Sr. [illegible].

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO Nº 584/78/DSI/MJ - Continuação...

"27 DE NOVEMBRO

(Uma pergunta, uma resposta e uma advertência)

Aniversário de mais uma de nossas tantas revoluções. Em tô das elas caíram muitos brasileiros que, certos ou errados, morre ram por um ideal.

A PERGUNTA - Por que somente a de 1935 é tão insistente - mente lembrada, como se os muitos milhares de civis das demais revoluções, não valessem a meia dúzia de militares mortos em 27 de novembro?

A RESPOSTA - Porque o anti-comunismo é a arma dos incansá veis Lacerda, Pena Botos e dos nossos gorilinhas que não querem' que o Brasil progrida e deixe de ser uma simples colônia dos Es tados Unidos da América.

A ADVERTÊNCIA - Fiquem alertas os verdadeiros patriotas . Não esqueçam que a bandeira do anti-comunismo levou Hitler ao po der e por sua causa morreram, MAIS RECENTEMENTE, milhares de pra cinhas e no entanto, não se faz tanto alarde! Com a bandeira do anti-comunismo nossos "gorilinhas" querem imitar os GORILAS da Argentina que se encontra sob uma DITADURA MILITAR.

VIVA O BRASIL!

MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONALISTA"

- foi um dos signatários de um abaixo-assinado, da autoria' de inúmeros notórios comunistas, dirigido ao STF, acerca do jul gamento do ex-deputado cassado FRANCISCO PINTO (Informação);

- foi diretor da peça teatra "MOCKINPOTT", proibida pela ' Censura (Informação);

- foi um dos signatários de um manifesto de solidariedade , lançado no RGS, em apoio a um manifesto de "intelectuais" paulis tas em favor das liberdades democráticas (Bol 260 do SNI/AC, de 06 Jun 77);

- é um dos membros do Comitê de Liberação Flavio Koutzin ' (subversivo francês preso na Argentina).

ILKA MARINHO ZANOTTO - crítica teatral que no jornal "O ESTA DO DE SÃO PAULO", edição de 8 Fev 76, escreveu a favor da libera ção da peça "MOCKINPOTT", proibida pela Censura (Informação).

CONFIDENCIAL

segue.....

101



CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INFORMAÇÃO Nº 584/78/DSI/MJ - Continuação ..



LUIZ CARLOS RIPPER MENDES - participou, em 1965, do 1º Encontro Internacional de Professores e Estudantes de Arquitetura, em Cuba (Informação).

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL
E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO
BRASIL.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCU-
MENTOS (ART. 12 - DEC. Nº 79.099/77
REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE
ASSUNTOS SIGILOSOS.)

CONFIDENCIAL

30



Júri impõe condições para julgar

Ilka Marinho Zanotto, Tânia Pacheco, B. de Paiva, Jairo de Andrade e Luiz Carlos Kipper

são os críticos que, convidados por Orlindo Miranda, diretor do Serviço Nacional de Teatro (SNT), já começaram a julgar mais de 250 textos enviados para o nono Concurso de Dramaturgia promovido por esse organismo. Antes, porém, da aceitação do convite, o grupo de críticos resolveu tornar pública sua posição, para prevenir fatos como que os têm ocorrido: "Rasga coração", de Oduvaldo Viana Filho, "Invasão dos bárbaros", de Consuelo de Castro e "Caixa d'água", de Carlos Henrique Escobar são algumas, entre as muitas peças que ganharam o concurso e depois foram proibidas pela censura em todo o território nacional. E "Patética", de João Ribeiro Chaves Neto, ganhadora do concurso no ano passado, sofreu o inedito vexame de ser confiscada, juntamente com o envelope de identificação do seu autor, de número 143.

Os críticos mandaram dizer a Orlindo Miranda que aceitavam o convite em consideração à importância do concurso para a dramaturgia brasileira e porque confiam na lisura e na honestidade da atual direção do SNT. Mas deixaram claro que "não toleraremos qualquer pressão, adiamento ou estabelecimento de condições, de qualquer órgão considerado alheio e intruso ao âmbito cultural", no funcionamento da comissão julgadora; e que, uma vez conhecidos os resultados a que chegarem, e dentro dos prazos estabelecidos pelo concurso, "aguardaremos a premiação dos vencedores, e a leitura pública, a edição e a montagem patrocinada dos textos que considerarmos merecedores dos primeiros lugares".

O resultado do nono Concurso de Dramaturgia do SNT deverá ser divulgado em setembro.

42



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

5

PAPELETA DE AÇÃO IMEDIATA Nº

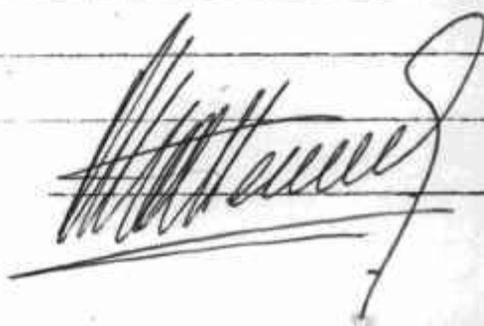
EM 18 17 178

DE Roberto Battalini

PARA DR. José Carlos Silva de Oliveira

<input type="checkbox"/>	PROTOCOLAR	<input type="checkbox"/>	ENCAMINHAR AO ARQUIVO
<input type="checkbox"/>	COLOCAR FICHA DE MOVIMENTAÇÃO	<input type="checkbox"/>	DESARQUIVAR
<input type="checkbox"/>	EXPEDIR	<input type="checkbox"/>	EXPEDIR CERTIDÃO
<input type="checkbox"/>	ANEXAR	<input type="checkbox"/>	ANOTAR
<input type="checkbox"/>	EMETER-SE O PROCESSO	<input type="checkbox"/>	DIVULGAR
<input type="checkbox"/>	LOCALIZAR O PROCESSO	<input type="checkbox"/>	MICROFILMAR
<input type="checkbox"/>	EFEITUAR BUSCAS DE ANTECEDENTES	<input type="checkbox"/>	COPIAR
<input type="checkbox"/>	TROCAR CAPA	<input checked="" type="checkbox"/>	INFORMAR
<input type="checkbox"/>	APENSAR	<input type="checkbox"/>	INSTRUIR
<input type="checkbox"/>	DESAPENSAR	<input type="checkbox"/>	DATILOGRAFAR DESPACHO
<input type="checkbox"/>	AGUARDAR DEFINIÇÃO	<input type="checkbox"/>	EMITIR PARECER
<input type="checkbox"/>	DESPACHAR	<input type="checkbox"/>	DAR AUMENTO
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	

OBSERVAÇÕES



GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE ASSUNTOS SIGILOSOS
PROCESSO MJ-100 520-S/78

Senhor Chefe do Gabinete:

Informa a DSI/MJ ao Senhor Ministro a consti-
tuição do juri do novo festival de dramaturgia promovido pelo
Serviço Nacional do Teatro.

Assim dá conta de que na sua grande maioria os integrantes
possuem antecedentes nos serviços de informações, todos refe-
rentes a ações políticas de contestação ao governo.

Tendo a presente informação já sido difundida ao Ministério
da Educação e Cultura e ao Departamento de Polícia Federal,
cremos que após o conhecimento do Senhor Ministro pode ser
arquivada.

Brasília, 19 de julho de 1978

Jose Carlos Silva de Meira Matos
JOSE CARLOS SILVA DE MEIRA MATOS
Assessor

Senhor Ministro

De acordo, com a proposta de arquivamento.

GM, em 20 de julho de 1978.

Roberto Luiz Kannebley Battendieri
ROBERTO LUIZ KANNEBLEY BATTENDIERI
Chefe do Gabinete em exercício

De acordo. Arquivar-se, conforme se propõe.

Em 21 de julho de 1978

aas/jcsmm/gmg

Armando Falcão
ARMANDO FALCÃO

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 700/78...../DSI/MJ

DATA: 31 de agosto de 1978

ASSUNTO: CONCURSO DE DRAMATURGIA - SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO (SNT)

ORIGEM: CI/DPF

REFERÊNCIA: INFORMAÇÃO Nº 584/78/DSI/MJ - 14.07.78

DIFUSÃO: EXMº SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA

*De releu. ao d.
Chefe do Gabinete.
4/8/78
Gonçalo B. [assinatura]
Assessor Especial
do Ministro da Justiça*

DIFUSÃO ANTERIOR: DSI/MEC - AC/SNI - CIE - CISA - CENIMAR

ANEXO: Constan no texto (53 folhas)

Desde a instituição do concurso de peças teatrais em 1963 , denominado "PRÊMIO SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO", tem sido uma constante o desgaste verificado na área do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) e, também, experimentado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) , refletindo negativamente na imagem dos Governos de após 1964..

O DPF, órgão criado durante o primeiro Governo da Revolução de 1964, tem sido alvo de todas as espécies de críticas, amplamente divulgadas pela nossa IMPRENSA e com repercussão no exterior.

À Divisão de Censura de Diversões Públicas as críticas se fazem presente diariamente através de jornais e, principalmente, tornam-se mais exarcebadas quando as peças teatrais premiadas pelo SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO (SNT) são vetadas após a verificação prévia de terminada pela legislação censória (Anexo A).

Com a vigência da Lei nº 6.511/77, que "Dispõe sobre os Prêmios Literários Nacionais" (D.O. de 20.12.77) (Anexo B) regulamentada pelo Decreto nº 81. 519/77 (D.O. de 05.04.78) (Anexo C), esperou-se que medida idêntica também viesse a disciplinar os concursos de DRAMATURGIA promovidos pelo SNT, à vista das ocorrências, em 1977, relacionadas com a premiação (em 1º lugar) da peça teatral "A PATÉTICA", de JOÃO RIBEIRO CHAVES NETO.

A leitura dos recortes inseridos no anexo deste item, clara e perfeitamente nos dá a compreensão de como o assunto foi e é manipulado, pretendendo demonstrar a existência de desarmonia entre os órgãos oficiais ao receberem o resultado a que chegou aquele júri, premiando'

segue.....

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INFORMAÇÃO Nº 700/78/SICI/DSI/MJ - Continuação.

em 1º lugar uma peça típica da Propaganda Adversa (Anexo D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U e V).

O documento em referência, difundido pelo CISA/RJ, estampa uma realidade, já se podendo prever situações idênticas às havidas no ano passado, principalmente levando-se em consideração as observações feitas pelo Júri e que a maioria de seus membros' possuem antecedentes registrados na Comunidade de Informações.

Caso algum órgão oficial tenha que intervir no resultado apresentado pelo Júri, como se deu durante o 8º Concurso, o Governo, apesar de suas beneméritas realizações nos campos político-econômico-Social, poderá ter sua imagem explorada adversamente, uma vez que a OPINIÃO PÚBLICA obviamente será trabalhada' através da "imprensa contestatória" e pelos intelectuais e artistas a ela engajados.

Acrescente-se, aos fatos, que o resultado do concurso' deverá ser divulgado em setembro vindouro, isto é, próximo às eleições de 15 de novembro.

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL
E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO
BRASIL.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO (ART. 12 - DEC. Nº 79.099/77
REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE
ASSUNTOS SIGILOSOS.)

CONFIDENCIAL

A N E X O "A"

(10)

DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS.

ASSUNTO: CENSURA DE PEÇAS TEATRAIS PREMIADAS PELO SNT/MEC.

Origem: DCDP/DPF

I - Em 19 de dezembro de 1963, por meio de portaria, Roberto Freire instituiu o concurso de peças teatrais denominado "PRÊMIO SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO", cujo lançamento/veio verificar-se durante a gestão de Bárbara Heliodora. Esse concurso foi então promovido nos anos de 1964, 1965, 1966, 1967 e 1968. Ficou interrompido desde 1969 e voltou em 1974, na gestão de Orlando Miranda, atual Diretor daquele órgão.

II - Algumas das peças premiadas (prêmios em dinheiro e honoríficos) não lograram aprovação da Censura de Diversões Públicas e outras nem chegaram a ser submetidas a exame censório, como indicadas a seguir:

1. - PROIBIDAS PELA CENSURA:

A URNA de Walter G. Durst
1964 - 3º lugar - Cr\$500,00;

HISTÓRIAS E AVENTURAS MIL DE UM ARCANJO VARONIL de Eduardo Boreato.
1967 - Menção honrosa;

RASGA CORAÇÃO de Eduvelto Viana Filho
1974 - 1º lugar - Cr\$50.000,00;

A INVASÃO DOS BÁRBAROS (apresentada à censura com o título PROVA DE FOGO) de Consuelo do Castro
1974 - 2º lugar - Cr\$30.000,00;

A BOLSINHA MÁGICA DE EARLY ENDDABA de Carlos Queiroz Teles - 1974 - seleção para leitura pública;

ACIDENTE DO TRABALHO de Consuelo de Castro - 1975 - seleção para leitura pública;

CORRENTES de Marcio Moraes 1975 - seleção para leitura pública;

UM TRÁGICO ACIDENTE de Carlos Queiroz Teles - 1975 - seleção p/ leitura pública;

2. - NÃO SUBMETIDAS À CENSURA:

DEZ PARA AS SETE de Walter G. Durst 1964 - 2º lugar - Cr\$1.000,00;

ÁGUA DE MEMÓRIA de Douglas Teixeira / Monteiro - 1964 - Menção honrosa;

O INCÊNDIO de Jorge Andrade 1965 - 2º lugar - Cr\$1.000,00;

MODELAÇÃO de Walter G. Durst 1965 - Menção honrosa;

RASTRO ATRÁS de Jorge Andrade 1966 - 1º lugar - Cr\$2.000,00

OS AZEREDOS E OS BENEVIDES de Eduvaldo Viana Filho - 1966 - Menção honrosa;

QUANDO O MESSIAS CHEGAR de Carlos Eduardo Barbosa - 1966 - Menção honrosa.

VISITAS PARA SÁBADO de Ari Chon 1966 - Menção honrosa;

FOTO DE CREPÚSCULO de Maria Helena Kuhn - 1967 - Menção honrosa;

CARAMACHÃO PRÓXIMO AO MILAGRE de Edson Newton Campos - 1967 - Menção honrosa;

A FORMATURA de Maurício Segall 1967 - Menção honrosa;

AS ALEGRIAS MORTAS de Carlos Eduardo / Barbosa - 1967 - Menção honrosa;

PAVANA PARA UM MACACO DEFUNTO de Antônio Galvão Novaes - 1967 - Menção honrosa;

PAPA HIGIRTE de Eduvaldo Viana Filho 1968 - 1º lugar - Cr\$3.000,00;

SUAVE É A SOMBRA de Luiz Carlos Saroldi - 1968 - 3º lugar - Cr\$1.000,00;

A FARSA DO BODE EXPIATÓRIO de Luiz Maranhão Filho - 1968 - Menção honrosa;

BARREADO de Ana Elisa Gregori 1974 - Seleção para leitura pública;

CONSUETO REVEPTENDI, O HÁBITO DE TER DONO de Wilson Sayão Filho - 1974 - Seleção para leitura pública;

A PEDRA DE MACAPÉ de Lólio Lourenço de Oliveira - 1974 - Seleção p/leitura pública;

SONHO DE UMA NOITE DE VELÓRIO ou BAMBIA ou BOCA-DE-LEÃO de Odir Ramos da Costa - 1975 - 2º lugar - Cr\$30.000,00;

O PALÁCIO DOS URUBUS de Ricardo Moireles Vieira - 1975 - 3º lugar - Cr\$15.000;

PODE SER SEJA SÓ O MCITEIRO LÁ FORA de
Coio Fernando Abreu - 1975 - Seleção /
para leitura pública;

CAPITÃO DE PATENTE de José Carlos Ca -
valcanti Borges - 1975 - Seleção para
leitura pública;

ABERDAMÉSIA, MIJARDELI OU CRINOCPINA,
3 MOCINHAS DE NITEROI de Clóvis Levi e
Tânia Pacheco - 1975 - Seleção para lei-
tura pública.

3. - APROVADAS PELA CENSURA:

PERDA IRREPARÁVEL de Wanda Fabian
1964 - 3º lugar - Cr\$500,00;

OBSTÉTRICA DO PARTO DOS TELEFONES de
A.C.Carvalho - 1964 - Menção honrosa;

EXCLUSO de Ari Chen
1964 - Menção honrosa;

CORGO DO VAU de E.C.Caldas
1964 - Menção honrosa;

A AMEAÇA VEIO COM A CHUVA de Miriam A.
Rezende - 1965 - Menção honrosa;

O CAPITÃO E O CABRA de Luiz Maranhão Fº
1965 - Menção honrosa;

A SAGRADA FAMÍLIA de Paulo Afonso Gri-
soldi e Tite Lemos - 1966 - Menção hon-
rosa;

AS FERAS de Vinicius de Moraes
1966 - Menção honrosa;

DOIS FRAGAS E UM DESTINO de João Bilton
court - 1966 - Menção honrosa;

O CASO DESSA TAL DE MAFALDA QUE DEU NI-
TO O QUE FALAR E QUE ACABOU NUM DIA DE
CARNAVAL de Carlos Alberto Sofrodini -
1967 - 1º lugar - Cr\$2.000,00;

O APOCALIPSE ou O CAPETA EM CARUARU de
Aldemar Conroda - 1967 - 3º lugar;

O AUTO DA COBIÇA de Altimar Pimentel
1967 - Menção Honrosa;

A CONSTRUÇÃO de Altimar Pimentel
1968 - 2º lugar - Cr\$2.000,00;

OS MISTÉRIOS DO AMOR, NARRADOS EM PROSA
E VERSO POR ILUSTRE CANTADOR de Eduar-
do Borsato - 1968 - Menção honrosa;

UM SANTO HOMEM de Oto Prado
1968 - Menção honrosa;

O COMEÇO É SEMPRE FÁCIL, O DIFÍCIL É
DEPOIS de Hilton Moraes Hery
1968 - Menção honrosa;

O SÓTÃO E O RES-DO-CHÃO ou SONINHA TO-
DA PURA de José Ilclamar Nunes
1968 - Menção honrosa;

BERÇO DE OURO de E.C.Caldas
1968 - Menção honrosa;

MUMU de Marcílio Eiras Moraes
1974 - 3º lugar - Cr\$15.000,00;

OS EXECUTIVOS de Mauro Chaves
1974 - Selecionada para publicação;

O CANIL de José Eduardo Vondramin
1974 - Seleção para leitura pública;

O TERRÍVEL, TRISTE E TRÁGICO ENCON-
TRO DE FÁTIMA MARIA DA GLÓRIA COM O
ENCANTADO - DESENCANTADO - ACABADO /
SONHO AMERICANO ou HOJE EU VOU DAN-
ÇAR A NOITE TODA COM O DR REX MORGAN
OU DEVO RESERVAR UMA PARTE PARA DAN-
ÇAR COM BELA LUGOSI de Ricardo Meire
les Vieira - 1974 - Seleção para lei-
tura pública;

A RAINHA MORTA de Heloisa Maranhão
1974 - Seleção para leitura pública;

LIQUIDAÇÃO PARA ENTREGA DAS CHAVES -
de José Luiz de Abreu
1974 - Seleção para leitura pública;

CONCERTO Nº1 PARA PIANO E ORQUESTR-
de João Ribeiro Chaves Neto
1974 - Seleção para leitura pública;

O HOMEM QUE ENGANOU O DIABO...E AIN-
DA PEDIU TROCO de Luiz Gutemberg Li-
ma Silva - 1974 - Seleção p/leitura;

RAMON (O FILOTERO AMERICANO) de Car-
los Henrique Vieira
1975 - Seleção para leitura pública.

III - As comissões julgadoras desses concursos
estiveram assim constituídas:

1. - ANO DE 1964:

Gianni Ratto

Maurice Vanneu

Waldemar Cavalcanti A. Rosenfeld

-nºdo inscritos: 98

2. - ANO DE 1965:

- Ziombinski
- Van Michalski
- Antunes Filho
- Paulo Mendonça

-nº de inscritos: 146

3. - ANO DE 1966:

- Gianni Ratto
- Sérgio Brito
- Agostinho Olavo
- Alfredo Mesquita
- Jacob Ginsburg
- Francisco Pontes de Paula Lima

-nº de inscritos: 140

4. - ANO DE 1967:

- Ademar Guerra
- Miroel Silveira
- Benedito Nunes
- Raimundo Magalhães Jr.
- Alberto Daversa
- Pascoal Carlos Magno
- Martin Gonçalves

-nº de inscritos: 98

5. - ANO DE 1968:

- Hemilo Borba Filho
- Paulo Afonso Grisoldi
- Van Michalski
- Fausto Wolf
- Van Jafa
- José Renato
- Raimundo Magalhães Jr

-nº de inscritos: 86

6. - ANO DE 1974:

- Colso Nunes
- Gianni Ratto

0.

Hermilo Borba Filho
Ilka Marinho Zonotto
Yan Michalski

-nº de inscritos:371

7. - ANO DE 1975:

Bárbara Heliodora
Joel Pontes
Miroel Silveira
Sidney Siqueira
Leo Jusi
Orlando Miranda

-nº de inscritos:151

A N E X O "B"

Art. 29 - Destina-se o objeto desta doação, que ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, a contrair para o desenvolvimento dos objetivos estatutários da sociedade donatária, estritamente vinculados à melhoria da pecuária nacional.

Art. 30 - No caso de dissolução da sociedade beneficiária ou desvirtuado o fim para que é feita a doação, o terreno, com as benfeitorias que nele existirem, deverá reverter ao patrimônio da União.

Art. 40 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 50 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de dezembro de 1977;
1569 da Independência e 899 da República.

ERNESTO GEMEL
Mário Henrique Simonsen
Alysson Paulinelli

LEI Nº 6.510, de 19 de dezembro de 1977.

Dá nova redação ao artigo 10 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10 - O art. 10 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - O Órgão Central do Sistema de Pessoal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, a ser proposto pelos Ministérios, órgãos integrantes da Presidência da República e Autarquias, dentro das respectivas jurisdições, baixando os atos de transposição e transformação de cargos e empregos."

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de dezembro de 1977;
1569 da Independência e 899 da República.

ERNESTO GEMEL
Aramando Falcão

LEI Nº 6.511, de 19 de dezembro de 1977.

Dispõe sobre os Prêmios Literários Nacionais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, conferirá Prêmios Literários Nacionais a autores de obras publicadas e inéditas, em língua vernácula, dos gêneros que forem fixados no regulamento desta Lei.

Art. 29 - Os prêmios de que trata a presente Lei serão concedidos alternadamente, até o máximo de 2 (dois) gêneros dentre aqueles fixados no regulamento, em cada ano, sendo um para obra já publicada e outro para obra inédita.

Art. 39 - O valor dos Prêmios Literários Nacionais será fixado, anualmente, pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, antes da abertura das inscrições.

Art. 40 - O Instituto Nacional do Livro, observadas as disposições legais e regulamentares, co-editará as obras inéditas premiadas.

Art. 59 - As comissões julgadoras dos Prêmios Literários Nacionais, para obras publicadas e para obras inéditas, serão constituídas, cada uma delas, por 3 (três) intelectuais de renome, 1 (um) de indicação do Conselho Federal de Cultura e 2 (dois) de indicação do Instituto Nacional do Livro, nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 69 - O orçamento da União incluirá as dotações necessárias ao atendimento dos encargos desta Lei.

Art. 79 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 89 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 90 - São revogadas a Lei nº 5.680, de 20 de julho de 1971, e demais disposições em contrário.

Brasília, em 19 de dezembro de 1977;
1569 da Independência e 899 da República.

ERNESTO GEMEL
Ney Braga

LEI Nº 6.512, de 19 de dezembro de 1977.

Dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - É obrigatório o voto nas eleições sindicais.

Parágrafo Único - O associado faltoso deverá justificar-se, até 60 (sessenta) dias, a contar da data do término da eleição, perante a diretoria do sindicato, à qual compete decidir sobre a justificação, cabendo recurso para a Assembléia Geral da entidade.

Art. 29 - Findo o prazo para justificação, a diretoria da entidade sindical enviará à Delegacia Regional do Trabalho relação dos faltosos, bem assim as justificações porventura apresentadas.

Parágrafo Único - Quando se tratar de entidade sindical de empregados, a relação prevista neste artigo deverá indicar o empregador de cada um dos que deixaram de comparecer às eleições sindicais.

Art. 39 - Compete à diretoria da entidade sindical aplicar, ao associado que deixar de votar, sem causa justificada, permitido recurso para a Assembléia Geral do sindicato, a penalidade prevista no art. 533, f, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943), nos seguintes termos:

a) se associado-trabalhador: multa correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de referência vigente na região;

b) se associado-empregador, profissional liberal ou trabalhador autônomo: multa de 1/10 (um décimo) do valor de referência vigente na região.

A N E X O "C"

nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), alterado pelo Decreto-lei nº 310, de 14 de março de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica outorgada à Companhia de Mineração Serra da Jacobina-SERJANA concessão para lavrar croqui em terreno de sua propriedade, no lugar denominado Fazenda Braço Grande, Distrito e Município de Campo Formoso, Estado da Bahia, numa área de 21,44ha, delimitada por um polígono, que tem um vértice a 635m, no rumo verdadeiro de 77ºNE, do canto SE da Igreja de Braço Grande e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 60m-N, 120m-E, 65m-S, 05m-W, 705m-E-65m-E, 250m-S, 370m-W, 260m-N, 60m-E, 125m-N, 40m-E, 200m-W, 100m-N, 35m-E, 100m-N, 105m-E, 40m-W.

Art. 2º - A concessão de que trata este Decreto é outorgada mediante as condições constantes do Código de Mineração e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 34, de 02 de julho de 1968.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação (ONPM 808.073/72)

Brasília, 04 de abril de 1978.

157ª da Independência e 90ª da República.

EXERCEO GERAL
SILVIO UCHI

Decreto nº 81 517 de 04 de abril de 1978

Dispõe sobre retificação de enquadramento de servidor do Ministério da Educação e Cultura e de outras providências.

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo DASP nº 3.724, de 1978, e em cumprimento ao Acórdão do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, transitado em julgado, proferido na Apelação Cível nº 25.663, do antigo Estado de Guanabara,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alteradas a tabela numérica e a tabela nominal anexas ao Decreto nº 52.794, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o enquadramento do pessoal do Ministério da Educação e Cultura, abrangido pelo artigo 19 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, para efeito de ser excluído da classe de Técnico de Laboratório, Código P-1601.14.B, o cargo ocupado por JOSÉ GODOI MONTEIRO DE CASTRO, a fim de considerá-lo incluído na classe de Médico, Código TC-801.17.A, a partir de 01 de julho de 1960, e no nível 21.A a partir de 01 de junho de 1964.

Art. 2º - Na aplicação deste Decreto, serão observadas, no que couber, as disposições constantes do Decreto nº 52.794, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 04 de abril de 1978; 157ª da Independência e 90ª da República.

EXERCEO GERAL
NEY DRAGO

Decreto nº 81 518 de 04 de abril de 1978

Suspende o funcionamento do Clube Nacional dos Fiscais, antigo "Clube dos Fiscais de Previdência Social", com sede no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 69 do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 8, de 16 de junho de 1966, e tendo em vista o que consta do Processo nº 100043-S, de 1977, do Ministério da Justiça,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica suspenso, até o trânsito em julgado da ação de dissolução, por exercer atividades contrárias à ordem pública e nocivas ao conceito do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, o funcionamento do Clube Nacional dos Fiscais, antigo "Clube dos Fiscais de Previdência Social", sociedade civil, com sede no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 04 de abril de 1978; 157ª da Independência e 90ª da República.

EXERCEO GERAL
ARMANDO FALETO

Decreto nº 81 519 de 04 de abril de 1978

Regulamenta a Lei nº 6 511, de 19 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os Prêmios Literários Nacionais.

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de conformidade com o disposto no artigo 79 da Lei nº 6 511, de 19 de dezembro de 1977,

D E C R E T A :

I - Dos Prêmios

Art. 1º - Os Prêmios Literários Nacionais, instituídos pela Lei nº 6 511, de 19 de dezembro de 1977, serão conferidos pelo Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, nos termos deste Regulamento, a autores de obras publicadas e inéditas.

Art. 2º - Os Prêmios Literários Nacionais são indivisíveis e destinam-se aos seguintes gêneros, assim agrupados:

- a) Poesia
Conto e Novela
- b) Biografia
Romance
- c) História
Ensaio Literário

Art. 3º - Os Prêmios Literários Nacionais serão concedidos anualmente, segundo a alternância de gêneros estabelecida no artigo anterior, em seus respectivos agrupamentos.

Parágrafo Único - Os Prêmios a serem concedidos, em 1978, destinam-se aos gêneros agrupados na alínea "a" do artigo precedente.

Art. 4º - O valor dos Prêmios Literários Nacionais será fixado, anualmente, pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, antes da abertura das inscrições.

II - Das Comissões Julgadoras

Art. 5º - As comissões julgadoras dos Prêmios Literários Nacionais, para obras publicadas e para obras inéditas, serão constituídas, cada uma delas, por 3 (três) intelectuais de renome, 1 (um) de indicação do Conselho Federal de Cultura.

ra e 2 (dois) de indicação do Instituto Nacional do Livro, nomeada pelo Ministro da Educação e Cultura.

Parágrafo único - As comissões julgadoras terão o prazo de 60 (sessenta) dias a contar do encerramento das inscrições, para apresentar o resultado do julgamento, o qual será irrecorrível.

III - Da participação no concurso e devolução das obras

Art. 6º - A participação no concurso implicará na aceitação, por parte do autor, de todas as exigências regulamentares, sendo que o não cumprimento de qualquer delas implicará em desclassificação.

Art. 7º - No prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da proclamação dos vencedores dos prêmios, o Instituto Nacional do Livro, mediante solicitação, devolverá aos concorrentes, os originais não premiados e, decorrido esse prazo, mandará incinerar aqueles que não forem reclamados pelos respectivos autores.

IV - Disposições Gerais

Art. 8º - Portaria do Ministro de Estado da Educação e Cultura disporá sobre a apresentação e a inscrição das obras no concurso.

Art. 9º - A proclamação dos vencedores dos Prêmios será feita em sessão pública, em data e local previamente fixados pelo Instituto Nacional do Livro.

Parágrafo único - O Prêmio correspondente a cada gênero não será atribuído mais de uma vez a um mesmo autor.

Art. 10 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Diretor do Instituto Nacional do Livro.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 04 de abril de 1978; 157º da Independência e 90ª da República.

EXERCEO GERAL
Ney Braga

Decreto nº 81.520 de 04 de abril de 1978

Aprova o novo Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará.

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o item III do artigo 81 da Constituição, na forma do disposto no artigo 5º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1966, e tendo em vista o que consta do processo nº 237.572/77, do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o novo Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969 e demais disposições em contrário.

Brasília, em 04 de abril de 1978; 157º da Independência e 90ª da República.

EXERCEO GERAL
Ney Braga

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

TÍTULO I

Funções da Universidade

Art. 1º - A Universidade Federal do Pará é uma instituição de ensino superior constituída sob a forma de autarquia educacional do regime especial.

Parágrafo único - A UFFA, disporá da personalidade

jurídica própria e autonomia administrativa, financeira, didática, científica e disciplinar, que será exercida na forma da lei e do seu estatuto.

Art. 2º - São fins da UFFA:

- I - formar quadros técnicos, culturais e profissionais indispensáveis ao pleno desenvolvimento sócio-econômico;
- II - participar do progresso científico e tecnológico através de pesquisas e atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação úteis ao mesmo processo de desenvolvimento;
- III - servir diretamente à comunidade pela utilização dos meios de que dispõe para a obtenção dos fins anteriormente indicados.

Art. 3º - É política básica da UFFA:

- I - aproveitar ao máximo a universalidade do conhecimento científico e tecnológico elaborado em todo o mundo;
- II - contribuir para a revelação dos aspectos peculiares, teóricos e práticos, da ciência e da tecnologia, frente à realidade nacional;
- III - participar de maneira ainda mais direta da aplicação dessa diretriz no que concerne à realidade da Região Amazônica;
- IV - contribuir através de todos os meios ao seu alcance no sentido de aplicar os processos assim verificados à solução dos problemas materiais e espirituais de todos os homens e do homem todo.

Art. 4º - São princípios fundamentais da UFFA:

- I - integração das funções de ensino, pesquisa e extensão;
- II - estruturação orgânica para múltiplo aproveitamento dos recursos materiais e humanos disponíveis;
- III - coordenação das atividades afins para máximo aproveitamento desses recursos;
- IV - flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades da região amazônica e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa.

Art. 5º - São meios para consecução dos fins da UFFA:

- I - a realização de cursos de graduação, pós-graduação, extensão, especialização, aperfeiçoamento e outros;
- II - a realização de análise, pesquisas e quaisquer outros estudos da realidade física e social;
- III - a prestação de serviços de caráter técnico, científico, cultural e social à comunidade.

Parágrafo único - Para consecução de seus objetivos a UFFA poderá celebrar acordos e convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais.

Art. 6º - São instrumentos institucionais básicos da UFFA:

- I - o Estatuto, que compreenderá as definições fundamentais;
- II - o Regulamento Geral, que detalhará o processo de execução dessas formulações, no que tiverem de comum para toda a Universidade;
- III - os Regimentos das Unidades Universitárias, que

A N E X O "D"

26

U P F	O Batido de São Paulo
SI/GAB	
	PÁGINA 9
	DATA 9 1 8 - 1977

Concurso do SNT ainda sem premiado

DEDP

Das sucursais e do serviço local

O ministro Ney Braga afirmou ontem, em Brasília, "que não há ainda vencedor" do VIII Concurso Nacional de Dramaturgia, promovido pelo Serviço Nacional de Teatro, do MEC, ao responder a respeito das razões pelas quais, transcorridos oito meses, não foi ainda divulgada a peça vencedora do concurso. Segundo informou o ministro, o diretor do SNT, Orlando Miranda, disse-lhe ontem que ainda este mês será realizada a reunião da comissão julgadora do concurso para promulgação dos resultados.

"O Santo Inquérito" já em cartaz

Estreou ontem, em São Paulo, a nova encenação da peça de Dias Gomes "O Santo Inquérito". Esta é a sexta criação de teatro do dramaturgo, escrita em 1964 e apresentada no ano passado no Rio de Janeiro. A montagem paulista, no Teatro Anchieta, conta com o elenco formado por Regins Duarte no papel de Branca Dias, Zanolli Ferrite como padre, Humberto Magnani como noivo, Tácito Rocha como pai, Henrique Lisboa, o notário e Oscar Felipe, Inquisitor. A direção é de Flávio Rangel.

Autor processa a Censura

O teatrólogo paulista Cesar Vieira impetrou, ontem, no Tribunal Federal de Recursos, mandado de segurança contra o ministro Armando Falcão, da Justiça, requerendo no pedido o direito de encenar a peça de sua autoria "O Rei morreu, viva o Rei", cujo texto encontra-se no poder daquela autoridade para ser liberado desde 18 de maio do corrente ano.

César Vieira lembra, no pedido, que a peça se encontra no Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal de São Paulo há mais de um ano e três meses, tendo sido informado que os dois censores que examinaram o texto reprovaram-no totalmente. Ele afirma que essa proibição baseia-se possivelmente no fato do enredo referir-se à morte de um jornalista, interpretado pelos censores como sendo a morte de Wladimir Herzog, ocorrida nas dependências do II Exército em novembro de 1975.

A aludida obra teatral foi escrita e publicada em 1969, sob o nome de "O Transplante" e apresentada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP. Pretendendo reencená-la em 1976, com o novo título, o autor submeteu o texto à Censura. Como o Serviço de Censura e Diversões Públicas não decidiu sobre a sua liberação ou proibição, o teatrólogo, através de seu advogado, enviou em maio uma representação ao ministro da Justiça, pretendendo que ele determinasse a liberação do texto.

Como a resposta do ministro não destoou daquele assumido pelos que o precederam no exame da peça, ou seja, nada respondeu — César Vieira impetrou o mandado de segurança com base nos artigos 8 e 11 da lei 5536/68, por ter o órgão de Censura deixado escoar-se o prazo legal sem tomar uma decisão sobre a proibição ou liberação do texto.

Salientando que "o silêncio, prolongado e ininterrupto, superando o prazo de vinte dias, equivale à liberação do texto, para maiores de 16 anos, nos termos da referida lei 5536/68", o teatrólogo requer no pedido o direito de encenar a peça. O teatrólogo disse que mais de trezentos autores encontram-se em situação idêntica.

A N E X O " E "

OPF	Jornal de Brasília
SI/GAB	lio
	PAGINA 10
	DATA 71 10 1977

26

DEDP

Indústria do cinema estará em discussão

O Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica convocou a imprensa para entrevista coletiva na próxima segunda-feira, em sua sede no Rio de Janeiro, quando será analisada a situação da indústria cinematográfica nacional diante da visita ao país de Jack Valenti, presidente da Motion Pictures Association of America, a partir de segunda-feira.

Os cineastas brasileiros temem que a visita do empresário norte-americano possa ter reflexos na atual política do Conselho Nacional de Cinema - Concine, que recentemente aprovou dispositivo que manda exibir em cada sessão cinematográfica um curta-metragem nacional de natureza científica, histórica e informativa, pagando-se cinco por cento da renda de bilheteria ao produtor, exibidor e distribuidor.

Na reunião do dia 10, quando comparecerão diretores da Associação Brasileira de Cineastas (Braci), Sindicato dos Artistas e Técnicos e Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), serão discutidas formas de apoio à luta sindical pela instituição de um sistema proporcional de obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais de longa-metragem nas televisões do país.

Teatro conta como Herzog morreu em SP

Um texto vigoroso e bem estruturado, que conta de forma alegórica os acontecimentos relacionados com a morte, em outubro de 1975, do jornalista Wladimir Herzog, nas dependências do DOI-COBI, em São Paulo.

Caso se confirmem os rumores que circulam, com intensidade, junto à classe teatral, este deve ser o trabalho eleito como o grande vencedor do oitavo Concurso Nacional de Dramaturgia, promovido pelo Serviço Nacional de Teatro.

Decidida desde janeiro, a premiação será anunciada hoje oficialmente no Rio pelo empresário Orlando Miranda, diretor do SNT, acusado de retardar por nove meses os resultados do júri temendo "insuportáveis pressões" do Governo. Afinal, segundo informações de assessores do SNT, o Governo tentou, de todas as formas, impedir que o grande prêmio do teatro nacional fosse concedido a um texto que, em última análise, questiona o comportamento do próprio Governo.

A N E X O " F "

SNT¹⁰ anuncia premiação

Das sucursais

Um texto vigoroso e bem estruturado, que conta de forma alegórica os acontecimentos relacionados com a morte, em outubro de 1975, do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo.

Caso se confirmem os rumores que circulam, com intensidade, junto a classe teatral, este deve ser o trabalho eleito como o grande vencedor do oitavo Concurso Nacional de Dramaturgia, promovido pelo Serviço Nacional de Teatro. (SNT).

Decidida desde janeiro, a premiação será anunciada hoje, oficialmente, no Rio, pelo empresário Orlando Miranda, diretor do SNT, acusado de retardar por nove meses os resultados do júri temendo "insuportáveis pressões" do governo. Segundo informações de assessores do SNT, as autoridades governamentais tentaram, de todas as formas impedir que o Grande Prêmio do Teatro Nacional fosse concedido a um texto que, em última análise, questiona o comportamento do próprio governo. Fidedigno entretanto, Orlando Miranda vinha argumentando que, para a classe teatral, era muito mais "conveniente" que o trabalho premiado pudesse ser apresentado livremente, o que certamente não acontecerá com o texto sobre a misteriosa morte do jornalista Vladimir Herzog numa dependência da polícia política.

O júri que escolheu os melhores textos teatrais inéditos, referentes ao ano passado, foi presidido pelo próprio diretor do SNT e contou com a participação de Mariângela Alves de Lima de "O Estado", Ademar Guerra, Fernando Peixoto, Aderbal Junior e Antonio Hohenfeld.

*Consultar o Di. Amos
com vista à apurad
do Sr. Ministério de Justiça*

*Ab.: Encaminhado através do
Of. n.º 9.049/77-GD3/SE/SP.*

A N E X O "G"

Confiscada a peça vencedora no concurso do SNT



Teatrólogo Chaves Neto vai entrar na Justiça contra os órgãos de segurança

Depois de mais de quatro horas de reunião, os integrantes da comissão julgadora do Concurso de dramaturgia-Prêmio Serviço Nacional de Teatro 76, conseguiram, finalmente, na tarde de ontem, decidir quais dos 156 textos inscritos seriam os 13 premiados. O que nenhum deles esperava, no entanto, é que a decisão não fosse acertada em sua totalidade: a peça número 143, cujo autor utilizara o pseudônimo de "Botabó" e que havia sido escolhida como a primeira colocada, não poderia ter sua premiação homologada.

A informação e a exploração para esse fato foi fornecida pelo próprio diretor do SNT, Orlando Miranda, que não havia participado da reunião, assistindo apenas a seu final.

"Quando nós chegamos e começamos a reunião—disse Aderbal Guerra, um dos integrantes do júri — o Orlando informou que não participaria de nossas discussões, mas que, no final, viria nos dar algumas explicações sobre os ataques que ocorreram no concurso. Quando ele nos falou sobre a decisão a respeito da peça 143, todos nós ficamos surpresos."

As explicações de Orlando Miranda não satisfizeram a nenhum deles. Segundo o diretor do Serviço Nacional do Teatro, a decisão fora tomada por ele mesmo, depois que a peça 143 "havia sido confiscada por órgãos de segurança" que ele não quis precisar.

"O que eu posso dizer — dizia Orlando Miranda depois que a reunião foi encerrada — é o mesmo que foi comunicado à comissão julgadora ao final da reunião: a peça 143 foi confiscada pelos órgãos de segurança e, em consequência, o Serviço Nacional do Teatro não homologará a sua premiação como primeira colocada."

Pressionado para explicar os

motivos que levaram os órgãos de segurança a agir dessa maneira e qual o método que possibilitou que tomassem conhecimento do texto da peça — já que durante o concurso o título não poderia ser quebrado — Orlando Miranda negava-se a responder.

"Pela primeira vez, disse, em três anos e meio de direção do SNT, nego-me a dar qualquer declaração. Não tenho nenhuma consideração a fazer a respeito do assunto e digo apenas que a decisão deve ser debitada apenas ao diretor do SNT, que é o responsável por tudo que aconteceu."

Para a quebra de sigilo, Orlando Miranda disse que a exploração podia ser conseguida através da simples leitura dos jornais que, apesar de não confirmarem nenhuma informação, publicavam suas especulações sobre os resultados.

"Estou impedido de dizer mais do que já disse. Só posso repetir que a peça foi confiscada por órgãos de segurança e que nem o nome do autor ou o nome da peça podem ser divulgados porque até o envelope de sua inscrição também foi levado. Ninguém me proibiu de falar mas isso é uma decisão minha, não quero dizer nada."

Sustante nervoso, mas procurando conter suas palavras, Orlando Miranda encetou as explicações e passou a abrir os envelopes com os nomes dos premiados em outras categorias. Mas permitiu que, depois de terminada esta leitura, a comissão julgadora desse o seu pronunciamento sobre o assunto. Autorizado por outros membros do júri, foi Fernando Peixoto quem falou em nome da comissão:

"Nós todos gostaríamos de esclarecer que se zoubéssamos que esse tipo de censura iria ocorrer, não teríamos participado da comissão. Sabíamos

alm da existência de casos anteriores — como "Rasga Coração" — em que a censura proibiu a peça mas não interferiu na premiação. Nós nunca recebermos qualquer tipo de prêmio, mas sabíamos que elas existiam devido aos sucessivos adiamentos que a decisão final sofreu, desde março."

Fernando Peixoto fez questão de afirmar ainda que Orlando Miranda não participou da reunião e que não fez menção a qualquer tipo de proibição antes que a comissão chegasse a um resultado final.

Depois das premiações é que ele nos comunicou que a peça 143 estava confiscada pelos órgãos de Segurança. Nós porém fizemos questão de dizer que se o prêmio não vai ser homologado é problema do SNT: nós, da comissão, consideramos a peça 143 como vencedora do concurso e fizemos com que isso constasse na ata da reunião. Lamentamos, porém, que esteja sendo inaugurada uma nova forma de censura e deixamos o nosso protesto contra as pressões que possam existir."

Através de Fernando Peixoto, a comissão julgadora ressaltou ainda que o texto da peça 143 tem o mesmo "nível de importância para a dramaturgia brasileira do que 'Rasga Coração' de Oduvaldo Vianna Filho. Não é como se especulou — assegurou Fernando Peixoto, um texto sem importância. É um texto sem importância. Com muita maturidade política e um dos documentos mais importantes para a atual dramaturgia nacional."

A intensa curiosidade de todos sobre a identidade do vencedor do concurso foi atendida minutos depois, ainda na própria ante-sala do gabinete de Orlando Miranda no SNT, nervoso e apressado, João Ribeiro Chaves Neto, o "Botabó", autor da peça 143, que tem o título de "Pa-

tética", procurava por Orlando Miranda. Registrou-se este diálogo:

— Meus parabéns.
— Estou sabendo quando vou receber o prêmio.

— Quando dei os parabéns foi por sua vitória. Mas sem sei se é você, você é que está dizendo.
— Com que base eles fizeram isso?

— Não tenho nenhuma consideração a fazer para você.
— Lastimo muito. Isso tudo é uma palhaçada.

Ao sair da sala, mais nervoso ainda do que chegara, João Ribeiro Chaves Neto disse não estar preparado para fazer qualquer declaração mais externa. "Se eu ganhei o prêmio — disse ele — quero esse prêmio." Minutos mais tarde, enquanto aguardava uma cópia da ata da reunião, ele disse que tomará atitudes judiciais necessárias para o recebimento de seu prêmio.

"Estou esperando para ver se consigo alguma explicação para essa atitude dos órgãos de Segurança. Senão, vou utilizar a ata da reunião para fazer uma interposição judicial ao SNT, exigindo explicações para esse fato."

João Ribeiro Chaves Neto disse que achava "um absurdo" a proibição da peça. "Ela trata apenas de direitos humanos — explicou — e pode passar-se aqui, como em qualquer outra parte do mundo."

"Na verdade, não existe uma passagem específica com esse ou aquele jornalista. É um fato que se pode passar com qualquer um de nós. O confisco de minha peça é mais uma violência. Mas a gente vai continuar. Isso tudo aqui, como já disse ao Orlando Miranda foi uma grande palhaçada: eles não precisariam dizer que eu venci ou fazer o confisco da peça, bastava que acabassem com o concurso."

Resposta de Miranda: novo concurso para 78

O diretor do Serviço Nacional de Teatro (SNT), Orlando Miranda, decidiu ontem mesmo lançar o IX Concurso de Dramaturgia, "que obedecerá as mesmas regras de jogo dos demais". A informação foi dada à guisa de resposta a pergunta sobre se iria ou não deixar o cargo devido aos episódios que cercaram o resultado do VIII Concurso. Tendo, lutando consigo mesmo para não desabafar, foi incisivo: "Enganam-se os que pensam que qualquer tipo de censura servirá

o silêncio a ter de mentir a vocês."

O veto governamental à peça de João Ribeiro Chaves Neto, um alto funcionário do Nacional City Bank, no Rio, onde atua de grande prestígio junto aos chefes e colegas, não chegou a surpreender o Serviço Nacional de Teatro, há cerca de sete meses enfrentando um impasse devido as conotações políticas da peça, que desagradou às áreas oficiais, e as pressões da classe artística e da imprensa sobre Orlando Mi-

racosta e se denunciar ou anunciar o nome do vencedor e manter-se no cargo. Amigos mais chegados o aconselharam a lutar por esta última opção e, ontem pela manhã, ele tomava a decisão de revelar o nome do autor premiado.

Assessores de Miranda informavam que nem ele nem Roberto Guerra sabiam até ontem o nome do autor e da peça vencedora, porque tanto eles quanto os jurados só tinham conhecimento do número do env-

io que seu autor era João Ribeiro Chaves Neto, o mesmo de "Concerto nº 1 para piano e orquestra", encenada em Santos pela atriz Regina Duarte há cerca de dois anos. Esta peça não chegou a fazer sucesso, mas teve o reconhecimento da crítica especializada, que a classificou de "profunda e tensa".

Como se deu o confisco de "A prática" é algo que Miranda, segundo seus assessores, "não diz nem para seus melhores amigos". Ao "Estado", o diretor do

Na ata, a posição do júri

Num papel rosa, com o timbre do Ministério da Educação e Cultura, a ata de reunião da comissão julgadora para a escolha dos melhores espetáculos inscritos no concurso de dramaturgia, diz, na íntegra: "Aos 7 dias do mês de outubro de 1977, realizou-se no SNT a reunião para julgamento dos melhores textos inscritos no concurso de dramaturgia — prêmio SNT. A comissão julgadora é composta por Aderbal Jr. Fernando Peixoto, Aderbal Guerra, Antonio Haffner e Mariângela Alves Lima sob a presidência de Orlando Miranda de Carvalho diretor do SNT e Coordenador de Maria Helene Kühner. Inscreveram-se ao todo 156 candidatos. Com base no documento de análise apresentado pelos membros da comissão julgadora, foi feito um levantamento dos que obtiveram número de pontos iguais ou superior a (sete), tornando-se assim finalistas, concorrentes à classificação final. Foram eles os seguintes finalistas: 2-10-29-33-52-53-59-64-77-78-81-92-99-106-118-119-134-139-143-156. Colocados, a seguir, em debate, por coordenação foram-se configurando os seguintes resultados: 1º lugar: nº 143 com 24 pontos. Ressaltando o júri, por unanimidade, o alto valor artístico do texto, considerado como uma das mais significativas contribuições da dramaturgia dos últimos anos — razão de sua classificação com um total de pontos homocima dos demais: 2º lugar: nº 64 — com 19 pontos; 3º lugar: nº 81, com 18 pontos. Indicadas para publicação, nos termos do regulamento: nº 10 e 78, com 17 pontos. Retornou-se a seguir, ao quadro das finalistas. Para indicar as demais peças que consideravam dignas de indicação para leitura dramática. Além das 14

A N E X O "H"

Prêmio ao melhor teatro: confisco.

Para o júri, A Patética venceu o concurso do SNT. Mas não para os órgãos de segurança.

João Ribeiro Chaves Neto, prêmio e confiscado: "Isso tudo é uma palhaçada".



Após sete meses de trabalho, a comissão julgadora deveria anunciar ontem as premiações do VIII Concurso de Dramaturgia do SNT, escolhendo 13 finalistas entre 156 peças inscritas, e desse grupo a vencedora. Mas A Patética, de João Ribeiro Chaves

Neto, preferida por unanimidade, foi confiscada pelos órgãos de segurança e não terá sua premiação homologada. Em 2º lugar, classificou-se A Caixa de Cimento, de Carlos

Henrique Escobar, e em 3º, O Coronel dos Coronéis, de Maurício Segall. Outros 10 textos, sem ordem classificatória, foram premiados com a publicação ou leitura, promovidas pelo SNT.

O autor salu da sala ainda mais nervoso, dizendo não estar preparado para qualquer declaração mais extensa: "Se eu ganhei o prêmio, quero esse prêmio." Minutos mais tarde, enquanto aguardava uma cópia da ata da reunião, Chaves Neto disse que tomará as medidas judiciais necessárias para receber seu prêmio. Primeiro, tentando conseguir alguma explicação dos órgãos de segurança; depois, caso isso não seja possível, utilizando a ata da reunião para fazer uma interpeleção judicial ao SNT, exigindo explicações para o acontecido. O autor premiado disse também que achava "um absurdo a proibição da peça. Ela trata apenas dos direitos humanos e pode se passar aqui como em qualquer lugar do mundo. Não existe nela uma passagem específica com esse ou aquele jornalista". (Segundo o noticiário, A Patética versaria sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI em São Paulo).

Ao fim de quatro horas de reunião, a Comissão julgadora do VIII Concurso de Dramaturgia — Prêmio Serviço Nacional de Teatro 76, conseguiu finalmente decidir quais dos 156 textos inscritos seriam os 13 premiados. Mas nenhum dos seus integrantes esperava que a decisão não fosse atada: a peça de número 143, cujo autor se inservera sob o pseudônimo de "Botabo", escolhida por unanimidade como a vencedora, não poderia ter sua premiação homologada.

A informação e a explicação para este fato foi fornecida pelo próprio diretor do SNT, Orlando Miranda, que assistira apenas ao final da reunião. Segundo Ademar Guerra, um dos integrantes do júri, Miranda já havia informado que não participaria das discussões, mas que no final iria dar explicações sobre os atrasos que ocorreram no concurso. "Quando ele nos falou sobre a decisão a respeito da peça 143, todos ficamos surpresos". E além de surpresos, insatisfeitos com as explicações de Miranda. O diretor do SNT garantiu que a decisão foi tomada por ele mesmo, depois que a peça 143 foi confiscada por órgãos de segurança. Sem precisar exatamente quais os órgãos, Miranda afirmava após a reunião o que já comunicara à comissão julgadora.

— Pela primeira vez em quase três anos e meio de direção do SNT, nego-me a dar qualquer declaração. Não tenho qualquer consideração a fazer a respeito do assunto.

Interrogado sobre a queda do sigilo, que possibilitou aos órgãos de segurança tomarem conhecimento da peça, ele respondeu que a explicação poderia ser conseguida "através da simples leitura de jornais, que apesar de não confirmarem nenhuma informação, publicavam suas especulações sobre os resultados". afirmou que estava impedido de dizer mais, só podendo repetir que "nem o nome da peça nem o nome do seu autor podem ser divulgados porque até o envelope de sua inscrição também foi levado. Ninguém me proibiu de falar, mas isso é uma decisão minha, não quero dizer nada. Nunca, em nenhuma ocasião, fomos coa-

gidos pelo ministro Nel Braga". Bastante nervoso, ele procurava conter as palavras, passando a abrir os envelopes com os nomes dos premiados em outras categorias. Em seguida, permitiu que a comissão julgadora se pronunciasse sobre os acontecimentos, o que foi feito por seu integrante Fernando Peixoto, falando em nome de todos:

— Gostaríamos de esclarecer que se soubéssemos que esse tipo de censura iria ocorrer, não teríamos participado. Conhecíamos a existência de casos anteriores — como Rasga Coração — em que a Censura proibiu a peça mas não interferiu na premiação. Nós nunca recebemos qualquer tipo de pressão, mas sabemos que ela existia devido aos sucessivos adiamentos que a decisão final sofreu, desde março.

Reafirmando que Miranda não participou da reunião final, e que não fez menção a qualquer tipo de proibição antes que a comissão chegasse a um resultado final, Peixoto disse que "se o prêmio não vai ser homologado, é problema do SNT: nós da comissão consideramos a peça 143 a vencedora do concurso e fizemos com que isto constasse da ata da reunião. Lamentamos que esteja sendo inaugurada uma nova forma de censura e deixamos o nosso protesto contra as pressões que possam existir". Em nome da comissão julgadora, ele ressaltou também que o texto da peça 143 "não é, como se especulou, panfletário. É um texto sem levandade, com muita maturidade política e um dos documentos mais importantes para a atual dramaturgia nacional".

A intensa curiosidade de todos pela identidade do vencedor foi satisfeita em poucos minutos. Na própria antecâmara do gabinete de Orlando Miranda no SNT, entrou, nervoso e apressado, João Ribeiro Chaves Neto, o "Botabo", alto funcionário do City Bank no Rio e autor da peça 143, que tem o título de A Patética. Foi recebido por Miranda e houve um tenso diálogo entre os dois:

— Meus parabéns.

— Estou sabendo que não vou receber o prêmio.
— Quando dei os parabéns foi por sua vitória, mas nem sei se é você, você é que está dizendo.
— Com que base eles fizeram isto?
— Não tenho nenhuma consideração a fazer para você.
— Lastimo muito, isso tudo é uma palhaçada.
O autor salu da sala ainda mais nervoso, dizendo não estar preparado para qualquer declaração mais extensa: "Se eu ganhei o prêmio, quero esse prêmio." Minutos mais tarde, enquanto aguardava uma cópia da ata da reunião, Chaves Neto disse que tomará as medidas judiciais necessárias para receber seu prêmio. Primeiro, tentando conseguir alguma explicação dos órgãos de segurança; depois, caso isso não seja possível, utilizando a ata da reunião para fazer uma interpeleção judicial ao SNT, exigindo explicações para o acontecido. O autor premiado disse também que achava "um absurdo a proibição da peça. Ela trata apenas dos direitos humanos e pode se passar aqui como em qualquer lugar do mundo. Não existe nela uma passagem específica com esse ou aquele jornalista". (Segundo o noticiário, A Patética versaria sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI em São Paulo).

O DESABAFO DE MIRANDA

Numa atitude que indicava sua insatisfação pelo confisco da peça 143, Orlando Miranda decidiu lançar ontem mesmo o IX Concurso de Dramaturgia do SNT, explicando que ele "obedeceu as mesmas regras do jogo dos demais". Essa informação foi a resposta a uma pergunta sobre se ele iria ou não deixar seu cargo após os acontecimentos de ontem. "Enganam-se os que pensam que qualquer tipo de censura servirá de desestímulo à criação artística. Para mim, pelo menos, ele serve ao mesmo tempo de estímulo e de desafio".

No final da tarde, Miranda esteve no gabinete do diretor da FUNARTE, Roberto Parreira, mas nenhum dos dois

quis comentar sobre essa conversa. Extra-oficialmente soube-se que a decisão dos órgãos de segurança foi precipitada pela intenção da atriz-empresária Ruth Escobar de promover a leitura de A Patética através de um circuito universitário paulista e carioca. A insistência de Miranda em manter-se calado foi justificada por um assessor: "Ele prefere o silêncio a ter de mentir a vocês".

Em vários encontros com o ministro Nel Braga, da Educação e Cultura, ele teve promessas de solução para o problema, o que foi impossível até nas repetidas visitas ao Ministério da Justiça. O diretor do SNT viu-se então frente a três opções: anunciar o vencedor e se demitir, não anunciar o nome do vencedor e se demitir ou anunciar o nome do vencedor e manter-se no cargo. Seus amigos e aconselharam a esta última opção e ontem pela manhã ele havia tomado a decisão de revelar o nome do premiado. Miranda só não concordou em revelar as circunstâncias do "confisco".

OS VENCEDORES E A COMISSÃO

O júri do Concurso foi composto por Aderbal Jr., Fernando Peixoto, Ademar Guerra, Antônio Heblert e Mariângela Alves de Lima, sob a presidência de Orlando Miranda e coordenação de Helena Maria Kühner e Zuleika Nello, que lavrou a ata final. Nesta, a comissão assestou "a permanência de uma contradição entre um incentivo desejado e necessário e o resultado parcialmente frustrado e censurado", ressaltando também "o alto valor artístico" do texto vencedor, escolhido por unanimidade.

Os textos selecionados para publicação: A Resistência, de Maria Adelaide de Almeida, e Os Sobreviventes, de Ricardo Meireles Vieira. Para leituras: Lacta, de Fátima de Helmano Silva Santos; O Milagre Brasileiro, de Eduardo Borseto; Jornada para o Fundo das Redes, de Marcos Vinícius; Sob a Neblina Use Luz Baixa, de Antone Araújo; A Hora dos Enfiados, de Mauro Chaves; Os Chineses do Presidente, de Mauro Popoff Borges, e Aluga-se uma Barriga, de Jurandir Pereira.

A N E X O " I "

Peça inspirada no Caso Herzog vence concurso de dramaturgia mas é apreendida

RIO DE JANEIRO, 7 (De Antonio Hohfeldt) — Uma das tardes mais dramáticas, ou trágicas, no dizer de outros, foi vivida ontem no Serviço Nacional de Teatro, por parte de seu diretor, Orlando Miranda, os membros da comissão julgadora do Concurso de Dramaturgia de 1976 e demais integrantes do SNT. O resultado do concurso, transferido desde o início do ano, vinha sendo guardado com grande expectativa, uma vez que, conforme se anunciara por toda a imprensa, envolveria a premiação de uma peça que focalizaria a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI paulista. Depois de muitas reuniões marcadas e desmarcadas, enfim foi convocada uma reunião para o dia de hoje, na sede do SNT, à qual compareceram todos os membros do júri, Orlando Miranda, do SNT, como seu presidente, Aderbal Freire Jr., Ademar Guerra e Fernando Peixoto, diretores do teatro, Mariângela Alves Lima e este repórter, críticos de teatro, além de Maria Helena Kühner, coordenadora do concurso do SNT e Zuleika Mello, que secretariou a reunião, as duas últimas sem voto, e o diretor do SNT que igualmente não deu qualquer voto.

Orlando, ao abrir a reunião, disse que teria uma série de considerações a fazer, mas que preferiria guardá-las para após o momento em que o júri lhe entregasse a premiação, retraindo-se a seguir da sala, o que permitiu a mais ampla liberdade de decisão por parte de seus membros. Iniciada após as 11h 30min, a reunião terminou bem depois das 15 horas,

por unanimidade, o alto valor artístico do texto, considerado como uma das mais significativas contribuições da dramaturgia dos últimos anos — razão de sua classificação com um total de pontos bem acima dos demais; 2.º lugar: NR. 64 — com 19 pontos; 3.º lugar: NR. 81, com 18 pontos. Indicadas para publicação nos termos do regulamento: números 10 e 78, com 17 pontos. Retornou-se, a seguir, ao quadro das finalistas, para indicar as demais peças que consideravam dignas de indicação para leitura dramática. Além das já apresentadas, para publicação foram indicadas para leituras dramáticas: números 2 — 38 — 59 — 77 — 91 — 99 — 134 — 139. Antes da abertura dos envelopes de identificação, o diretor do SNT comunicou à comissão julgadora que a peça premiada em 1.º lugar, NR. 143, sob pseudônimo Botabo, foi confiscada pelos órgãos de segurança, ficando, como tal retirados do concurso o texto e a inscrição em questão e não homologado pelo Serviço Nacional de Teatro o prêmio em questão. Diante da comunicação recebida, a comissão julgadora faz questão de assinalar a permanência da contradição entre um incentivo desejado e necessário e o resultado parzialmente frustrado e censurado. Identificados, então, os candidatos restantes verificou-se serem: 2.º lugar: "A Caixa de Cimento", Carlos Henrique de Escobar; 3.º lugar: "O Coronel dos Coronéis", de Maurício Segall, para publicação; NR. 10 "A Resistência", Maria Adelaide de Almeida Santos do Amaral, NR. 78 — "Os Sobreviventes", Ricardo Meirelles Vi. Para leituras: NR. 2 "Luz de Forca", Helmano S. a Santos,

fato de, num máximo de 25 pontos, a peça vencedora ter atingido 23, por méritos intrinsecamente dramáticos, sem panfletarismos ou posicionamentos radicais.

"Muito já foi especulado sobre o tema da peça, mas é importante dizer que ela ultrapassa qualquer situação específica e particular, brasileira ou atual, para se colocar como um dos mais significativos textos da atual dramaturgia brasileira, ao discutir, em nível internacional, o problema universal dos direitos do homem. Não sei o nome do autor da peça, mas se soubesse não poderia dizer, porque o regulamento o impede. O que vale ressaltar é que o que foi inaugurado aqui, hoje, é uma nova forma de censura. Todo o nosso protesto foi lavrado em ata que pode ser lida por todos vocês, porque assim o permite o regulamento. As contradições existem mas não devem invalidar o concurso, marcado por esta tragédia verdadeira que estamos a viver neste momento, e que evidentemente vai se tornar conhecida. Acho, outrossim, que os dois outros premiados são igualmente de altíssimo nível, o que mostra ser este o melhor concurso de todos os realizados até aqui, cabendo apenas lembrar para sempre esta desgraça com o primeiro colocado. Só espero que esta peça seja divulgada e colocada como reflexão fundamental para todos nós. Ela já pertence, proibida ou não, à moderna dramaturgia brasileira. E apesar de tudo, estou contente com a premiação e de ter cumprido minha tarefa."

Indagados sobre se voltariam a integrar outros júris, vários dos membros do atual

Orlando — Olha, isso, já disse, não posso dizer, só numa interpeleção judicial. O que eu podia falar, já falei de público.

João Ribeiro — Mas o que está acontecendo, afinal?

Orlando — Estou dando-lhe os parabéns pela premiação do júri, não posso dizer mais nada. Aliás, você é que diz que é o vencedor.

João Ribeiro (abrindo a bolsa e tirando o bilhete de inscrição) — E prova, está aqui.

Orlando — Olha, não tenho mais considerações a fazer.

João Ribeiro — Lastimo muito, só tenho a dizer que isso tudo é uma palhaçada.

Orlando — Você pode dizer o que quiser, mas vai ter de provar tudo, é só o que eu posso dizer.

João Ribeiro salta para a ante-sala, sendo rodeado pelos repórteres. Visivelmente emocionado, contendo-se a custo para não chorar, ele diz: "Já estou farto de processos abertos e fechados e arquivados. Vivo os últimos anos rodeado de processos. Sou advogado, vou tentar brigar na Justiça pelo que é direito, mas preciso uma cópia da ata, tenho que saber quem deu ordens e sobre o que e como. Eu devo ao SNT o meu surgimento com a outra peça. Se eles quisessem proibir a peça, tem censura pra fazer isso. Mas o edital não fala em homologar peça. Se não, temos que primeiro mandar a peça pra censura e depois interver em concurso! Se a peça foi parar em órgãos de segurança, quem a levou? Eu não fui. Então, só pode ter sido ele (Orlando). A atitude dele para mim acabou com o concurso. Eu, como autor, não posso mais inscrever outra peça. Minha e acredito que nenhum autor de bom senso voltará a fazê-lo. Para o teatro, isso é um grande golpe!"

quanto a ata terminava de ser autografada para ser assinada por todos os membros do júri, a constatação era geral. Os jornalistas permaneciam no local. Orlando Miranda fora chamado não se sabe bem por quem ou para onde, saindo. Em quase dezto horas quando a calma voltou ao SNT: mais um capítulo da história da Censura brasileira dos anos 70 acabava de acontecer, ou, quem sabe, se iniciava, se lembrarmos o antecedente criado pelo paulista Mauro Chaves que premiado no Rio Grande do Sul, em 1975, deu entrada a um processo contra o Estado do Rio Grande do Sul, quando este, sob pressões inoficiais da Censura, cancelou o concurso e conseqüentemente seu resultado. Mauro ganhou em primeira instância, mas o Estado apelou e o julgamento final ainda não saiu. João Ribeiro pretende seguir os trâmites legais e tentar alcançar o seu prêmio de sessenta mil cruzeiros (quarenta mil para o segundo lugar e vinte mil para o terceiro lugar).

A N E X O "J"

Censura nada informa sobre peça premiada

DEDP

O Diretor da Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunes, disse ontem não saber de onde partiu a determinação para o confisco do texto da peça de João Ribeiro, vencedora do 8º Concurso Nacional de Dramaturgia, que se realizou em São Paulo, afirmando - não ter notícias sobre o assunto.

Por outro lado, o Coordenador de Polícia do DPF, Sr. Alceu Rocha disse também desconhecer a medida, já que a matéria "nada tem a haver com minha área".

O texto da peça apreendida conta de forma alegórica os acontecimentos relacionados com a morte do jornalista Wladimir Herzog nas dependências do II Exército, em outubro de 1975.

Diretor do SNT diz

que não se exonera

O diretor do Serviço Nacional de Teatro, Sr. Orlando Miranda afirmou, ontem à noite, que não pretende solicitar exoneração do cargo. Através de ligação telefônica para o gabinete do Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, que se encontra no Paraná, ele desmentiu, com energia, os rumores nesse sentido, face ao confisco da peça classificada em primeiro lugar no VIII Concurso Nacional de Dramaturgia.

Em contraste com a atitude dos principais assessores do Ministro Ney Braga que, principalmente em vista da ausência do Ministro, não quiseram emitir qualquer opinião sobre o assunto, o Sr. Orlando Miranda, com voz firme e denotando tranquilidade, procurou tranquilizar a todos, informando que o SNT continuará com suas atividades de rotina, chegando a anunciar que, na próxima semana, lançará as bases para o IX Concurso Nacional de Dramaturgia.

A despeito do silêncio constrangido de algumas autoridades educacionais, a notícia sobre a apreensão do texto premiado não causou grande surpresa no MEC, tendo em vista que as mais recentes declarações do Ministro Ney Braga sobre o resultado do Concurso do SNT indicavam a existência de possíveis entraves da parte de órgãos responsáveis pela análise das obras teatrais, para a liberação dos textos premiados.

A N E X O " L "

DPF	Journal do Brasil
SI/GAB	
	PAGINA 1
	DATA 8 1 10 1977

(40)

DED P

Peça de teatro é confiscada na hora do prêmio

O diretor do Serviço Nacional do Teatro, Orlando Miranda, disse ontem que foi "confiscada" pelos órgãos de segurança a peça que tirou o primeiro lugar no 8º Concurso de Dramaturgia, nº de inscrição 143, autor não identificado, pseudônimo Botabó. "Só posso dizer isso: foi confiscada. Órgão de segurança é órgão de segurança", acrescentou.

Em Londrina, indagado sobre o envelope com o nome do autor da peça, que foi requisitado por um policial no momento em que estava sendo aberto, o Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, declarou, irritado: "Não recebo informações de terceiros, não tive nenhuma comunicação oficial até o momento; tenha a devida delicadeza contigo; não respondo nada". (Caderno B)

A N E X O "M"

Teatro "Última Hora" - 10.10.72

Resultado Mutilado

Depois de nove meses de atraso, nasce o resultado do VIII Concurso de Dramaturgia do SNT. Mutilado. Seu primeiro lugar, segundo a divulgação do órgão do governo, foi "confiscado". Oficialmente, o texto deixou de existir. Ficou, apenas, seu número: 143. O resultado dos nove meses de gestação é mais uma aberração que somos obrigados a engolir. Mas não calados. Como é possível um corpo sem cabeça, composto apenas de tronco e membros? A opinião pública fica merecendo uma explicação.

A comissão julgadora - formada por Mariângela Alves de Lima, Antônio Hofeldt, Fernando Peixoto, Ademar Guerra e Aderbal Junior - concedeu o segundo lugar à Caixa de Cimento de Carlos Henrique de Escobar (premiado com Cr\$ 40 mil) e o terceiro à O Coronel dos Coronéis de Maurício Segall (Cr\$ 20 mil). O segundo lugar, desde já posso garantir, trata-se de uma das peças mais cruelmente poéticas da dramaturgia brasileira dos últimos tempos. De estreito parentesco com a Mãe Coragem de Brecht, Caixa de Cimento enfoca uma família comandada somente por uma mãe, que "perdeu" um braço, conhecida como a "cantora maneta". Seu ofício é cantar, mambembeando ao ar livre. Mas num tempo de guerra, opressão e violência, seus filhos (de 13 a 17 anos) devem ajudá-la como pode. Por pura sobrevivência, um acaba morrendo, outro "desaparece", a filha (de treze anos) torna-se prostituta. Escobar relata os acontecimen-

tos com uma ferocidade dramática de cortar o fôlego, sem deixar que uma forte poesia tome conta do texto do princípio ao fim. A montagem da peça revela-se complexa em vários níveis: pela diversidade de cenas e deslocamentos no espaço, pelo grande número de personagens, pela dificuldade de se encontrar bons e jovens atores nacionais na faixa de idade pedida. E, principalmente, para o papel da Mãe Coragem çabocla somente uma atriz da estatura, fôlego e talento de Fernanda Montenegro daria conta do recado. O que seria a consagração definitiva de sua carreira.

Para publicação e leitura, foram escolhidos Os Sobreviventes de Ricardo Meirelles e A Resistência de Maria Adelaide de Almeida do Amaral. E somente para leitura foram selecionados os seguintes textos: Laço de Forca de Elmano Silva, O Milagre Brasileiro de Eduardo Borsato, Os Bruxos também de Eduardo Borsato, Os Chinelos do Presidente de Fernando Mauro Popoff Borges, Aluga-se Uma Amiga de Jurandir Ferreira, Jornada Para o Fundo das Redes de Marcus Vinicius, Sob Nebli-na, Use Luz Baixa de Alcione Araujo e A Hora dos Enfaixados de Mauro Chaves - vencedor, ano passado, do Concurso de Monografias da Associação Carioca de Críticos Teatrais.

Flávio Marinho

Scri-
erva
criá-
o da
o hi-

erme
Para-
os, a
a sua
itre à
lo ab
m de
reira,
alvez

oritá-
assim
uma

Niels
desde
ersos
idéia

n 74,
avia
ítua-
tento
Este
pelo
o do
: um
ltou
Ime-
i an-
thas.
sava
elos
abe-
uan-
ais e
três
xi a

ira,

A N E X O "N"

N

SEM NADA A DECLARAR ORLANDO MIRANDA AFIRMA QUE O MAIOR PROBLEMA DO TEATRO BRASILEIRO É A FALTA DE DIÁLOGO

Maria Lucia Rangel



ORLANDO
MIRANDA:
"O TEATRO
ATINGIU A
MAJORIDADE"



sestimo andar do prédio onde funciona o Serviço Nacional de Teatro não mostra qualquer movimento extraordinário. Poucos funcionários trabalham normalmente e as duas moças sentadas na ante-sala do escritório de seu diretor, Orlando Miranda, avisam que ele "está no prédio, mas não quer falar à imprensa". Alguns minutos depois, a porta se abre, e uma delas aponta a sala em frente onde, cercado de telefones e sob fotografias dos Presidentes Getúlio e Médici, encontra-se aquele que "não tem nada a dizer".

— O 8.º Concurso do ENT é assunto encerrado, ao contrário de outras situações em que não deixo o assunto morrer. Porque quero, e não acho, que as coisas continuem. Estou há três anos e meio obsessivamente centrado nesta cadeira fingendo o meu corpo ficar quadrado e não quero mexer mais com este problema. Ele deixou de ser novo.

Infelizmente que a Funarte não tem nada a ver com o caso. Legalmente

o brasileiro... deve o maior respeito, pelo carinho e incentivo que ele dá a todos na área cultural. E falo isso como homem de teatro, não como diretor do ENT.

— E o júri? Como fica?
— Ele cumpriu com a sua obrigação. Quando as coisas estiverem mais serenas poderemos falar melhor do concurso. Mas tenho certeza que os candidatos aparecerão cada vez mais e que haverá júri no próximo ano. Não sei de nenhum diretor que tivesse feito uma má direção e por causa disso não trabalhe mais. Aceitar um esvaziamento deste concurso é uma atitude passiva e provocadora. É o mesmo que achar que não se deve fazer mais nada na área de comunicação. Duvido que vocês publiquem, mas quando o JORNAL DO BRASIL tem algum problema ele deixa de sair no dia seguinte? Claro que não.

— Qual a sua opinião pessoal sobre o caso de João Ribeiro Chaves Neto?

— Tem qualidades. Ninguém pode ser contra ele no aspecto teatral. Agora, quanto ao problema do seu con-

frente cada vez com maior velocidade. Principalmente com uma velocidade onde só me cabe respeitar as decisões dos órgãos que têm suas razões. Só desta maneira posso dar velocidade ao meu trem.

— E o respeito à criação?
Está na velocidade do trabalho. De todos. Quando um ator ou diretor brinca em cena; quando a produção de uma peça é má, estas pessoas perderam sua validade. Isto serve para que se pense mais seriamente e se tenha mais cuidado.

— Cuidado com quê?
Com tudo. No caso do concurso é isso: as pessoas devem continuar a escrever pouco importa o que aconteça. Não é de hoje que penso assim. E se este rapaz não tivesse pensando assim também não teria escrito, o Chaves Neto.

Enquanto fala, Orlando Miranda deixa transparecer as emoções mais diversas. Em certos momentos bate na mesa, a voz se levanta para em seguida enxugar as lágrimas. De vez em quando um telefonema de solidariedade ou a entrada de seu assessor que parece vigiar a entrevista. O diretor, mesmo sem querer falar, continua a explicar-se, apesar de não dizer muito.

— Nós temos tido toda a liberdade para fazer o que queremos. Temos sido prestigiados por todos os órgãos do MEC. Nada tem impedido o nosso trabalho.

— Como nada tem impedido o trabalho? Um júri escolhido por vocês premia uma peça e ela é confiscada...

— Ok, foi proibida. E daí? Mas 12 peças estão aí. Você também não tem liberdade em seu jornal. Diz aí que o Sérgio Dourado está destruindo o Rio de Janeiro. Duvido que saia. Olhe bem, não estou sendo incoerente. De repente existe um capítulo dentro do contexto do país que te leva a tomar esta atitude. O problema já não é mais nosso. Nunca deixei de falar à imprensa e nem cortei ponto de funcionário. Espero sair daqui sem ter que fazê-lo. Até mesmo para dizer "não quero falar sobre este assunto" recebo os jornalistas. Imagina o dia em que não tivermos os órgãos de opinião pública. É como a religião. Errada, mas necessária. Na hora em que terminarem com ela as pessoas vão se matar. Ainda é uma coisa que segura o homem. Por isso eu não vou ao jantar do prêmio Molière hoje, não vou a uma solenidade em Santos, estou evitando as pessoas até os ânimos serenarem.

Orlando Miranda insiste na liberdade de que goza o SNT:

— Há três anos e meio temos tido toda a liberdade de trabalho.

— O que é ter liberdade de trabalho?

— Fazer um plano de ação, as pessoas tomarem conhecimento e a ele ser executado. Quando acontece de haver uma interferência é para somar, nunca para diminuir.

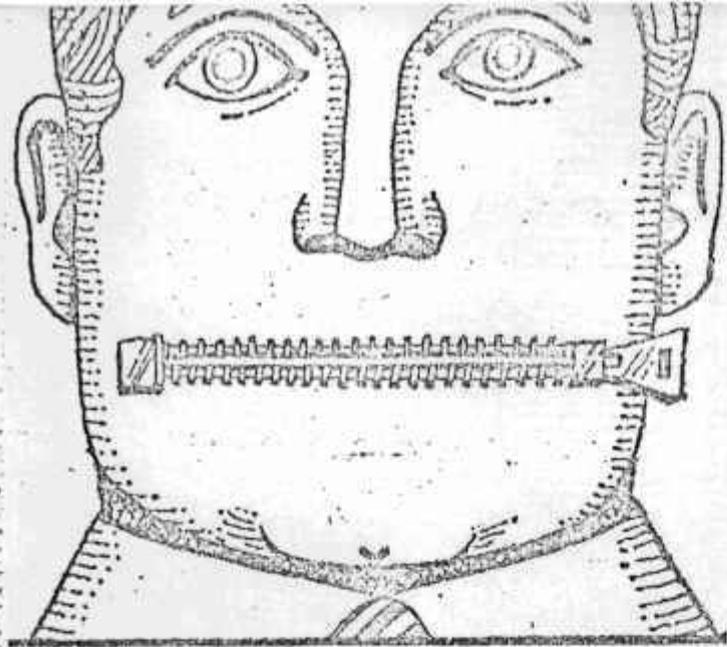
— Como está com a Patética?

— Não sei de onde veio. Mas deve ter tido suas razões. Conheço o Ministério da Educação e Cultura há muitos anos. Em que pese a admiração por alguns ex-Ministros, afirmo que nenhum homem público teve mais atenção para o teatro brasileiro do que o Ministro Ney Braga. Daqui a um ano irei embora. Vou cuidar da minha vida profissional. E meu repertório é sempre comercial. Falei comercial para me situar, porque na verdade, qualquer movimentação no palco é cultural. Há umas mais ou menos arrojadas, é claro. Eu, nunca tive problemas pela minha linha de repertório. Mas aqui, como homem de teatro, vivo o problema de cada um. Minha preocupação nisso tudo é saber até onde podem querer dar um envolvimento maior ao Ministro Ney Braga.

— Como veio a ordem de confiscar?

— Olha aqui, velo de Brasília — Orlando Miranda abre uma mala preta que está em cima da mesa e mostra um papel, cuidando de cobrir outro em cima, deixando ver o que supostamente seria um cartimbo da censura através de uma fita transparente;

— O documento é este. Não pos-



setimo andar do prédio onde funciona o Serviço Nacional de Teatro não mostra qualquer movimento extraordinário. Poucos funcionários trabalham normalmente e as duas moças sentadas na ante-sala do escritório de seu diretor, Orlando Miranda, avisam que ele "está no prédio, mas não quer falar à imprensa". Alguns minutos depois, a porta se abre, e uma delas aponta a sala em frente onde, cercado de telefones e sob fotografias dos Presidentes Geisel e Médici, encontra-se aquele que "não tem nada a dizer".

— O 8.º Concurso do SNT é assunto encerrado, ao contrário de outras situações em que não deixo o assunto morrer. Porque quero, e não acho, que as coisas continuem. Estou há três anos e meio obesamente sentado nesta cadeira fazendo o meu corpo ficar quadrado e não quero mexer mais com este problema. Ele deixou de ser nosso.

Enfatiza que a Funarte não tem nada a ver com o caso. Legalmente o SNT é ligado ao DAC. Com a Funarte o relacionamento é de companheirismo de trabalho e admirável companheirismo na área intelectual.

— Principalmente com o Roberto Parreiras. Nem ele, nem o Manoel Diegues Júnior tiveram algo a ver com o confisco desta peça.

— Já que você não quer falar do 8.º Concurso, poderia adiantar se o 9.º Concurso terá censura prévia?

— Não tenho a menor idéia. Ele já foi lançado. Meu papel é executivo. Tenho que realizar as coisas obedecendo a quem devo. Da mesma forma que quando tenho que fazer alguma coisa aqui ouço a classe teatral, deixo-me influenciar por ela e modifico muitas vezes minhas idéias. Não posso e nem tenho o direito de dar opiniões à respeito da conclusão do 8.º Concurso.

— O fato de terem passado por cima não o coloca numa situação constrangedora para continuar no cargo?

— Isto não tem o menor problema. Nem acho que passaram por cima de mim. Usaram do direito que é outorgado aos órgãos de segurança.

— Mas o próximo concurso não poderá sofrer um esvaziamento?

— Não. As mesmas pessoas irão mandar peças, acreditando na gente como sempre. Além disso, o concurso não é só o primeiro lugar. Teve mais 12 vencedores.

— Qual a posição do Ministro Ney Braga em relação à retirada do prêmio?

— Não tenho o direito de falar por outra pessoa. Principalmente sendo ela a pessoa que mais respeito no momento, por tudo aquilo que fez pelo teatro brasileiro. Como diretor de um órgão público não posso falar do Ministro da Educação e Cultura, a quem a classe teatral... não, pôe ten-

tro brasileiro... deve o maior respeito, pelo carinho e incentivo que ele dá a todos na área cultural. E falo isso como homem de teatro, não como diretor do SNT.

— E o júri? Como fica?

— Ele cumpriu com a sua obrigação. Quando as coisas estiverem mais serenas poderei falar melhor do concurso. Mas tenho certeza que os candidatos aparecerão cada vez mais e que haverá júri no próximo ano. Não sei de nenhum diretor que tivesse feito uma má direção e por causa disso não trabalhe mais. Aceitar um esvaziamento deste concurso é uma atitude passiva e provocadora. E o mesmo que achar que não se deve fazer mais nada na área de comunicação. Duvido que vocês publiquem, mas quando o JORNAL DO BRASIL tem algum problema ele deixa de sair no dia seguinte? Claro que não.

— Qual a sua opinião pessoal sobre a peça de João Ribeiro Chaves Neto?

— Tem qualidades. Ninguém pode ser contra ela no aspecto teatral. Agora, quanto ao problema do seu conteúdo, não cabe a ninguém fazer considerações. A não ser os órgãos de segurança.

— Quais órgãos?

— Não adianta pergunta isso. Não me cabe julgar a atitude das pessoas porque elas têm as suas razões. A peça foi confiscada. Não sei se antes ou depois de ser julgada. Apesar de não estar proibido por ninguém de falar, acho que o assunto não diz respeito ao SNT.

— Até os últimos anos o critério de julgamento das peças inscritas era o estético. O que acontecerá agora? Além do valor estético, o contexto social será analisado também?

— Não me interessa o que vai acontecer daqui por diante. E nem interessa aos inscritos.

— Você não acha que eles escreverão debaixo de uma autocensura muito maior?

— Acho que não. O Nelson Rodrigues teve *Album de Família* proibida durante 20 anos. As vezes, uma peça não serve para o momento, mas pode vir a ser autorizada em outra ocasião.

— Os autores escreverão então da mesma maneira sabendo que correm o risco de não serem montados?

— Não sei. Mas o trabalho não é perdido. Esta peça mesmo, *Patética*, possui um tema universal. Poderia ser levada em qualquer parte do mundo. Li no seu jornal que será encenada na Espanha. Seu autor não perdeu o trabalho de 30 dias. E ainda vem gente querendo me induzir a acabar com o concurso! São uns loucos, uns malucos! Cada vez mais as pessoas devem dialogar e não se esconder no alto do morro.

— Pessoalmente, um caso desses não o aborrece?

— Não. Estou com uma vontade louca de trabalhar. Tocar o barco pra

esta atitude. O problema já não é mais novo. Nunca dei-lhe de falar à imprensa e nem cortei ponto de funcionária. Espero sair daqui sem ter que fazê-lo. Até mesmo para dizer "não quero falar sobre este assunto" recebo os jornalistas. Imagina o dia em que não tivermos os órgãos de opinião pública. É como a religião, errada, mas necessária. Na hora em que terminarem com ela as pessoas vão se matar. Ainda é uma coisa que segura o homem. Por isso eu não vou ao jantar do prêmio Mollere hoje, não vou a uma solidão em Santos, estou evitando as pessoas até os ânimos serenarem.

Orlando Miranda insiste na liberdade de que goza o SNT:

— Há três anos e meio temos tido toda a liberdade de trabalho.

— O que é ter liberdade de trabalho?

— Fazer um plano de ação, as pessoas tomarem conhecimento e a ele ser executado. Quando acontece de haver uma interferência é para somar, nunca para diminuir.

— Como está com a patética?

— Não sei de onde veio. Mas deve ter tido suas razões. Conheço o Ministério da Educação e Cultura há muitos anos. Em que pese a admiração por alguns ex-Ministros, afirmo que nenhum homem público teve mais atenção para o teatro brasileiro do que o Ministro Ney Braga. Daqui a um ano irei embora. Vou cuidar da minha vida profissional. E meu repertório é sempre comercial... Falei comercial para me aturar, porque na verdade, qualquer movimentação no palco é cultural. Há umas mais ou menos arrojadas, é claro. Eu, nunca tive problemas pela minha linha de repertório. Mas aqui, como homem de teatro, vivo o problema de cada um. Minha preocupação nisso tudo é saber até onde podem querer dar um envolvimento maior ao Ministro Ney Braga.

— Como veio a ordem de confisco?

— Olha aqui, veio de Brasília — Orlando Miranda abre uma maleta preta que está em cima da mesa e mostra um papel, cuidando de colocar outro em cima, deixando ver o que supostamente seria um carimbo da censura através de uma ligeira transparência:

— O documento é este. Não posso mostrar. Comprometeria você também.

— O que você acha da censura?

— Neste momento não acho nada. Se começar a pensar mais no assunto vou enlouquecer. Ou paro e não faço mais nada, ou sigo em frente.

— A entrevista que você fez à classe teatral e aos jornalistas também foi confiscada?

— Não.

— Esta sua atitude de permanecer no meio da balança não incomoda?

— É terrível. Mas tenho ficado aí há três anos e meio. E este meio de balança tem servido demais ao teatro. Hoje, ele não anda mais de pernas na mão. Pode-se falar não só do ponto-de-vista político como do moralizador. O grande problema do teatro, e talvez o maior, era exatamente a falta de moralização. Ele não tinha nada que o regesse. As coisas não eram nada claras. Hoje, ninguém anda mais pelos corredores do MEC a implorar nada. O teatro atingiu a maioridade. Em tese, é a conclusão a que todos chegaram. Desafio alguém a dizer o contrário.

— Já que este ponto foi resolvido, qual é o maior problema do teatro brasileiro hoje?

— ... agora estou numa enrascada... — Orlando Miranda pára e pensa alguns minutos. Chega a sorrir, mas parece ser confiscado na resposta e diz então — a falta de diálogo, que já foi pior. Não estou conclamando ninguém a ter diálogo com o Governo. Isto é problema de cada um. Já fui funcionário do Estado e dei o emprego porque não gostava do Governador. Mas quanto maior diálogo existir, maior possibilidade de se conseguir as coisas. Do contrário, vêm as exacerbações. E não se pode fechar a questão.

A N E X O " 0 "

DPF	Jornal do Brasil	
SI/GAB		
	PÁGINA	20
	DATA	11 10 1977

48

DEP

Deputado compara confisco de peça teatral à proibição do Balé Bolshoi pela TV

Brasília — O confisco da peça *Patética*, de João Ribeiro Chaves, vencedora do 8º Concurso de Dramaturgia do Serviço Nacional do Teatro, foi condenado ontem, na Câmara, pelo Deputado Octacílio Queiroz (MDB-PB), que viu no ato um "espetáculo de intolerância, de burrice e de surda violência", comparável à proibição da transmissão pela TV do Balé Bolshoi.

Depois de criticar o Ministro da Educação, Sr Ney Braga, pela omissão diante do episódio, o parlamentar disse não concordar com acontecimentos desse tipo, quando toda a Nação, segundo ele, "clama pelo estado de direito e por uma Constituinte que restaure, no país, a Justiça, a liberdade e as garantias constitucionais".

QUEM FALA

Apesar do assédio dos jornalistas, o Ministro Ney Braga negou-se terminantemente a prestar qualquer declaração oficial ou tecer comentário pessoal a respeito da apreensão da peça. Na opinião de assessores do MEC, o silêncio do Ministro "denota a atitude de um político inteligente a espera

de que a poeira levantada se assente".

Para reforçar essa opinião, a Assessoria de Imprensa do MEC, que desde sexta-feira vem evitando tocar na "delicada questão" foi categórica: "O Ministro não falará enquanto não estiver minuciosamente informado da situação que determinou a apreensão da peça".

A N E X O "P"

DPF	Jornal da Fausto	
SI/GAB		
PÁGINA	17	
DATA	11/10/77	

49

De DP

No MEC, não se fala nem de Patética nem de demissão.

Vários assessores do Ministério da Educação e Cultura garantiram ontem que o ministro Ney Braga "não está demissionário" em consequência da intromissão de outros órgãos do governo nos assuntos da área cultural de seu ministério. Essa intromissão foi caracterizada na última sexta-feira pelo confisco da peça premiada pelo VIII Concurso Nacional de Dramaturgia do Serviço Nacional de Teatro. Segundo os informantes, "o ministro estava bastante tranqüilo ontem, trabalhando normalmente". Para o MEC, o que poderia ser dito sobre o confisco da

peça já foi divulgado com a entrevista de Orlando Miranda, o diretor do SNT.

Dessa maneira, o MEC recusa qualquer proposta para analisar as duas ordens conflitantes partidas de autoridades do mesmo governo: uma, do ministro Ney Braga, que determinou ao diretor do SNT que fizesse a reunião da comissão julgadora, divulgasse os resultados e concedesse os prêmios; a outra, a do confisco da peça Patética, vencedora do concurso, pelos órgãos de segurança do governo, anulando assim a ordem anterior. Mas ainda não se sabe se as regras do concurso serão alteradas ou se as peças inscritas passarão de agora em diante por outros crivos além dos relacionados com sua qualidade artística.

Ontem em Brasília o confisco da peça foi criticado na tribuna da Câmara pelo deputado Octacílio Queiroz (MDB-PB), que definiu o acontecimento como "um espetáculo de intolerância, de burrice e de surda violência", afirmando também que o dramaturgo João Ribeiro Chaves Neto, o autor de Patética, "está sendo miseravelmente lesado pelo SNT".

A N E X O " Q "

DPF.	O Estado de S. Paulo
SI/GAB	
	PÁGINA - 20
	DATA 11 10 1977

51

DESP

Ney Braga assume confisco de "Patética"

Da sucursal de
BRASILIA

Apresentando muita calma, o ministro Ney Braga disse ontem que não houve interferência de nenhum órgão estranho ao Ministério de Educação no caso do confisco da peça "Patética", de João Ribeiro Chaves Neto. Segundo o ministro, os órgãos de segurança a que se referiu Orlando Miranda, diretor do Serviço Nacional de Teatro, pertencem ao próprio Ministério de Educação. Trata-se, conforme esclareceu o ministro, da Divisão de Segurança e Informação (DSI), do próprio Ministério.

Elogiando o trabalho que Orlando Miranda vem desenvolvendo no SNT, Ney Braga declarou que tinha certeza de que a classe teatral compreenderia o que aconteceu. "A decisão de Orlando Miranda foi tomada em conjunto com o próprio Ministério", disse Ney Braga. O ministro fez questão de ressaltar que a decisão do MEC não foi de confiscar a peça, mas "de não homologar a decisão tomada pelo júri de premiar o texto escolhido para o prêmio SNT de 1977". A propósito das promessas de João Ribeiro Chaves Neto de entrar na justiça contra o confisco da peça, Ney Braga disse que enquanto o assunto estiver na justiça, seu Ministério nada tem a ver com o problema. Entretanto,

a partir do momento em que o MEC for consultado, ou convocado para responder a qualquer questão, não se recusará a prestar os esclarecimentos cabíveis.

As declarações do ministro confirmam informações prestadas ontem por seus assessores de que Ney Braga, em momento algum, cogitou de solicitar demissão do seu cargo, em consequência do episódio criado com o confisco de "Patética". Com isso, não se sabe se as regras do próximo concurso do SNT serão alteradas, se a censura federal participará das comissões julgadoras, ou ainda se as peças inscritas passarão por outros crivos que não os relacionados com a sua qualidade artística. A última informação clara sobre esse assunto tinha sido dada pelo próprio ministro Ney Braga, há duas semanas, quando afirmou que havia determinado ao SNT que realizasse a reunião da comissão julgadora, divulgasse os resultados e fizesse a premiação, fato que, pelas próprias declarações do ministro, não foi confirmado. Embora a comissão julgadora tivesse obedecido essa orientação, o próprio MEC se encarregou de interferir no resultado da premiação: com o confisco da peça pelo D.S.I., João Ribeiro Chaves Neto não deverá receber o prêmio a que fez jus, conforme decisão da Comissão Julgadora.

Deputado protesta contra arbitrariedade

O Deputado Octacilio Queiroz (MDB-PB) protestou ontem, da Tribuna da Câmara, contra o confisco da peça "Patética", de João Ribeiro Chaves Neto, vencedora do Oitavo Concurso de Dramaturgia do SNT, e considerou o episódio "um espetáculo de intolerância, de burrice e de surda violência", comparável à proibição da transmissão pela TV do espetáculo do Balé Bolshoi.

O representante oposicionista criticou a omissão do ministro Ney Braga em relação ao problema, e lembrou que o diretor do SNT atribuiu aos órgãos de segurança o confisco, não dis-

cutindo a questão. Por outro lado, lamentou que o fato tenha ocorrido no momento em que o País clama por liberdades democráticas.

Depois de afirmar que Chaves Neto "está sendo miseravelmente lesado pelo SNT" e rotular de "comédia ou palhaçada" o concurso, Octacilio Queiroz protestou contra "mais esse ato de violência da censura, atentatório aos nossos foros de povo civilizado, embora em plena luta pelo Estado de Direito e por uma Constituinte que restaurem no País a Justiça, a liberdade e as garantias constitucionais".

A N E X O "R"

Para todo o Brasil, viaje bem... viaje VASP.

Informe JD

Retrato cultural

No ano da graça de 1977, disse o diretor do Serviço Nacional do Teatro, Sr Orlando Miranda, quando lhe perguntaram o que acha da Censura:

— Neste momento, não echo nada. Se começar a pensar mais no assunto, vou enlouquecer. Ou paro e não faço mais nada, ou sigo em frente.

De fato, será certamente enlouquecedor para um diretor de serviço de teatro pensar no que vai fazer diante da teatralíssima situação em que se meteu. Afinal, patrocinou um prêmio, nomeou um júri, premiou uma peça e, sem poder sequer dizer por ordem de quem, viu-a confiscada.

Ponham-se nessa história meia dúzia de mulheres em trajes sumários e faz-se uma bela pornochançada.

Uma frase do Sr Orlando Miranda, porém, é a voz de um sábio:

— Ou paro e não faço mais nada, ou sigo em frente.

Quantas pessoas estão seguindo em frente porque não conseguem parar?

Quantas dessas pessoas sabem o que há em frente?

Quantas suspeitam que apesar de estarem indo em frente não vão a lugar algum?

É conhecida a frase do poeta T. S. Elliot segundo a qual numa multidão de desesperados que vão na direção errada, aquele que vai na direção oposta parece louco.

A N E X O "S"

IPF	Journal da tarde
	SP
SI/GAB	
	PAGINA 13
	DATA 12/10/47

55

DEPA

O confisco: quem é o responsável?

Orlando Miranda, o diretor do Serviço Nacional de Teatro, ainda não deu nenhuma entrevista abordando o problema do confisco da peça premiada pelo concurso do SNT. Alguns assessores do Ministério da Educação, após a entrevista do ministro Ney Braga, ontem, em Brasília, deixaram transparecer que Orlando Miranda seria o responsável pelo confisco da "Patética", na medida em que entregou os originais da peça aos órgãos de segurança, tão logo percebeu, como presidente do júri, que a peça poderia ser a preferida dos jurados. Entretanto, durante a entrevista, o ministro assumiu a responsabilidade pelo confisco e confirmou que a peça esteve em exame na divisão de Segurança e Informação do MEC. Esses mesmos assessores anônimos contam que Orlando Miranda, tão logo a vitória de João Ribeiro Chaves Neto ficou clara, procurou alguns assessores do ministro, solicitando apoio para garantir a divulgação do resultado. O apoio não foi dado sob a alegação de que ele teria sido inábil e que o concurso, sendo do SNT, seria de responsabilidade do diretor do órgão. Orlando Miranda ainda promete voltar ao assunto.

A N E X O " T "

DPF	Orlando de S. Paulo
SI/GAB	
PAL.	16
DATA	121 10 177

Diretor do SNT é implicado no confisco

De P

Da sucursal e do serviço local

O diretor do Serviço Nacional do Teatro, o empresário Orlando Miranda, teria sido o responsável pelo confisco da peça "Pátetica", de João Ribeiro Chaves Neto, vencedora do concurso de dramaturgia do SNT, ao entregar os originais dos textos aos órgãos de Segurança, tão logo percebeu, como presidente do júri do concurso, que a peça poderia ser a preferida dos jurados.

A informação é de assessores ligados ao Ministério de Educação e foi vasada logo após uma entrevista dada pelo ministro Ney Braga, em Brasília, assumindo a responsabilidade do confisco e confirmando que a peça esteve em exame na Divisão de Segurança e Informação do MEC.

Os comentários dão conta de que Orlando Miranda, tão logo a vitória de João Ribeiro Chaves Neto ficou clara, procurou alguns assessores do ministro e órgãos hierarquicamente superiores ao SNT dentro do próprio Ministério, solicitando apoio para garantir a divulgação do resultado. O diretor do SNT não recebeu este apoio sob a alegação de que teria sido inábil e que o concurso, sendo do SNT, seria

de exclusiva responsabilidade do diretor do órgão.

Oriando Miranda sem o apoio de que precisava chegou a procurar o ministro Ney Braga que também não soube como enfrentar o problema: apoiar o resultado seria ficar mal com os órgãos de Segurança, vetá-lo seria comprar um atrito com a classe teatral. O ministro não apresentou qualquer solução e o diretor do SNT decidiu pelo confisco.

O próprio Orlando Miranda já prometeu falar mais claramente sobre o concurso "quando as coisas estiverem mais serenas" e ontem ele voltou a se esconder para evitar a imprensa que o procurou para ouvi-lo sobre as novas acusações. Enquanto sua secretária, no gabinete da direção do SNT, informava que Miranda havia viajado para Brasília e só retornaria amanhã, alguns de seus assessores informavam que ele estava no Rio "resolvendo problemas particulares".

Estes mesmos assessores mostravam-se indignados com a entrevista concedida pelo ministro Ney Braga, em Brasília, ora assumindo a responsabilidade do confisco, ora dividindo-a com o diretor do SNT e a Divisão de Segurança e Informações do MEC.

Estréia de "Os Saltimbancos"

Uma história que há quase dois séculos vem sendo ouvida pelas crianças de todo o mundo começa a ser contada hoje às 16 horas, no palco do Tuca, rua Monte Alegre 1.024, em uma versão inteiramente modernizada que se aproxima sensivelmente de alguns fatos marcantes da atualidade. É a versão paulista de "Os Saltimbancos", uma recriação de "Os Músicos de Bremen", dos irmãos Grimm, que Chico Buarque de Holanda traduziu e adaptou para o teatro com base em uma reelaboração musical que os compositores Sérgio Bardotti e Luiz Enriquez fizeram na Itália desta velha his-

Saltimbancos conta a história de quatro animais domésticos que, cansados dos maus tratos e da exploração de seus donos, resolvem juntar seus esforços para lutar pela liberdade.

No elenco, ao lado de 15 crianças selecionadas entre outras quinhentas durante semanas de testes, estão Renato Consorte, Jandira Martini, Thala Peres, José Rubens Chasserreux, Walter Breda, Mauro Vrona e Eunice Mendes. Os cenários e figurinos foram criados por Gianni Ratto, a coreografia é de Iracely Cardoso e a direção musical de Paulo Herculano. Nesta semana de lançamento, o espetáculo se-

A entrada da produção expôs pelo verde, tes quase totalmente cobertos. Ou, então, são espaços interio- pções de "jardins suspensos", seu vãos práticos por es- sin, suas casinhas coroadas em- tas trilhadas sobre o solo. As- dida que se elaboraram estru- recitar espaços mínimos à me- proposta exatamente inversa:

países expositores. Hinderwasser é talvez o único em colaboração com os sob os auspícios do governo au- exposição itinerante, sempre da Ásia, África e Europa como longo de três anos nos roteiros tem, o mesmo extra obtido no- dados e bem orientada monta- rido. E poderá ter, com sua cul- ntar nestas o destaque mere-

A N E X O "U"

U

Mais de 500 peças de teatro são censuradas



Arquivo JBR

O diretor do SNT não acredita que as reformas acabem com a censura

O diretor do Serviço Nacional de Teatro (SNT), Orlando Miranda, disse ontem que existem atualmente no país mais de 500 peças censuradas. E não acredita que as reformas políticas anunciadas pelo Governo venham a influir na diminuição da censura no teatro, porque não se sabe ainda que reformas serão estas. Ele reiterou suas afirmações anteriores de que considera a censura "um lixo".

Orlando Miranda esteve ontem em Curitiba para participar do IV Encontro Nacional de Teatro Infantil e debateu com artistas paranaenses a situação do teatro infantil no Estado. Ao comentar o papel do SNT em relação à censura, frisou que sempre trabalhou em regime de liberdade, ignorando completamente o censor. "Os concursos de peças teatrais que tiveram trabalhos premiados e depois censurados não foram afetados em suas sínteses. Eu ignorei sempre a censura e continuo ignorando".

Segundo ele, a proibição de montagem das peças nunca provocou afastamento dos autores que participam dos concursos, porque nos últimos anos o número de inscritos tem aumentado. "Escrever sob censura é um serviço de inteligência e a presença permanente do censor não justifica trabalhos de baixa qualidade". Disse também que muitos autores escreveram peças especialmente para serem censuradas.

DISCUSSÃO

O presidente do Serviço Nacional de Teatro foi chamado de "mentiroso" e "adulador do poder" durante uma interrupção dos debates do IV Encontro Nacional de Teatro Infantil, pelo escritor paranaense Antonio Thadeu Wojciechowski, em uma discussão sobre censura. A troca de insultos não alcançou proporções mais violentas porque o escritor retirou-se da sala em sinal de protesto contra o plenário, que se manteve neutro.

Muito nervoso, Orlando Miranda por um momento fez menção de subir até o último degrau da platéia, de onde o irritado Antonio Thadeu lançava acusações. Humberto Braga, assessor do SNT para o teatro infantil, perfilou-se na porta da sala, como que para conter um incidente maior. Mas, com a saúde do escritor, Orlando Miranda pôde se justificar e se defender das acusações sem maiores interpeleções da platéia.

Tudo começou quando Orlando Miranda resolveu cumprimentar os participantes do encontro nacional de teatro infantil, na noite de anteontem, com intenção de "interromper apenas por instantes" o debate da peça do "Núcleo da Arte da Uren", encenada à tarde. Mas foi, imediatamente, questionado sobre sua posição com relação à censura, com a afirmação de Antonio Thadeu de que "o SNT está coagido pelas forças de repressão e nada faz para lutar em favor de cerca de 400 peças apreendidas pela censura".

"Nunca fomos coagidos", tentou responder Orlando Miranda, sendo novamente interrompido por Antonio Thadeu, que gritava: "Você não pode negar que existem os mecanismos de repressão que, em última análise, determinam o padrão de cultura que se quer impor. Assim, o que temos é teatro imposto oficialmente".

Orlando Miranda não considerou justa as acusações pelo fato de interlocutor ser um escritor censurado: "o Ministério da Justiça age quando acha que deve agir — defendeu-se — e nós sempre agimos quando pensamos que assim devemos fazer. A peça Patética (proibida pela censura e condenada pelo SNT) foi publicada, historicamente está registrada e um dia poderá ser montada".

ANEXO "V"

BOEING 720-200 - o jato mais moderno do mundo em voo no Brasil.

Para a Funarte, censura
inibe cultura e criação

Do correspondente em
NATAL

A censura ao rádio, televisão, teatro e livros constitui, segundo o presidente da Fundação Nacional de Arte — Funarte — Roberto Parreira, um fator de inibição sobre a cultura e criação, sem ser um elemento de desculpa ou de acomodação para que se deixe de criar novos trabalhos.

Disse ainda que reconhece, por outro lado, a suavização, nos dias atuais, da presença da censura no País, embora não acredite, pessoalmente, em coisas proibidas em relação a qualquer setor cultural, daí porque a tendência da censura é de se scabar.

Ao ser interrogado acerca da situação em que se encontra a música popular brasileira, Roberto Parreira declarou que o rádio tem feito a de desvalorização da música popular brasileira, tendo em vista, principalmente, o descumprimento da lei segundo a qual 50 por cento dos discos rodados nas emissoras

de rádio, tem de ser nacionais.

Interrogado sobre os responsáveis por essa desvalorização, o presidente da Funarte recusou-se mencionar os nomes, respondendo apenas que não sabia indicá-los, acrescentando, contudo, que a pergunta deveria ser feita aos programadores das emissoras de rádio do País.

No entender de Roberto Parreira "a música popular brasileira deverá ser popularizada com maior intensidade em todo o país, para que seja respeitada e reconhecida pelos programadores de rádio, porque dessa forma será possível fazer com que ela tenha a divulgação necessária na devida proporção".

Dessa maneira, segundo o presidente da Funarte "podemos fazer com que a música popular seja respeitada e reconhecida, sem pretender que pare tanto, seja criada uma situação legal, mas, que isso venha a ser resultado da boa qualidade da música que seja conhecida e admirada em todo o País".



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Orgão _____

Folha N.º _____

Processo N.º _____

Rubrica _____

62
V2

Do Sr. Meira Mattos

2.9.70

Walter Costa Porto

WALTER COSTA PORTO
Chefe de Gabinete



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Folha N.º _____

J3

Processo N.º 100 520-S/78

Órgão GABINETE DO MINISTRO - AAS

Rubrica _____

Senhor Chefe do Gabinete:

Remete ao Gabinete a DSI/MJ um minucioso levantamento do noticiário feito pela imprensa a respeito do Prêmio Nacional de Teatro, atribuído anualmente pelo SNT, Órgão do Ministério da Educação.

Reclama a DSI que tal prêmio tem desgastado a Censura Federal e o próprio MEC devido ao fato de muitas das peças premiadas não conseguirem sua liberalização na Divisão de Censura, o que impede a sua montagem.

A questão é complexa e de solução muito difícil. Pessoalmente, não acreditamos em nenhum esforço no sentido de dar à Censura uma imagem simpática. Ela tem sua função específica, tem uma lei a fazer cumprir e deve ater-se a isso sem querer granjear simpatia. A verdade é que toda ação policial é antipática sendo comum ver-se pessoas com pena de gente que está sendo presa sem se preocupar com o que motivou a prisão. É um ônus da função do policial.

No caso em tela, fala-se muito que se as peças fossem apresentadas à Censura antes de concorrerem muita coisa seria evitada. Cita-se como exemplo o caso dos festivais de cinema em que todos os concorrentes já possuem o atestado liberatório não sendo possível então o acontecimento de episódios como os apresentados.

A nosso ver essa modificação traria muitos inconvenientes para a Censura. Observamos que para esse Concurso, por exemplo, apresentam-se em média mais de cem peças (como pode-se ver no "anexo a" do processo), o que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Folha N.º

VH

Processo N.º 100 520-S/78

Órgão GABINETE DO MINISTRO - AAS

Rubrica

representaria uma sobrecarga considerável de trabalho para a Divisão de Censura. Por outro lado, nessas cem peças existem várias que a Censura terá de interditar embora não tenham a menor chance de ganhar prêmio. Teríamos, então, em cada concurso, talvez, algumas dezenas de interdições com um desgaste na imprensa considerável.

Assim não nos ocorre nada que possa melhorar essa situação através de regulamento ou decreto. A nova LEI de Censura que os jornais anunciam estar prestes a ser enviada ao Congresso pelo Ministro da Justiça, com o seu Conselho de Censura, parece-nos que será a melhor solução.

Brasília, 6 de setembro de 1978

Jose Carlos Silva de Meira Mattos
JOSE CARLOS SILVA DE MEIRA MATOS
Assessor

Senhor Ministro

Concordo com as ponderações trazidas pelo Dr. Meira Mattos.

E creio possa ser arquivado o expediente, que já foi levado ao conhecimento do MEC e de nossa Polícia Federal.

8.9.78

Walter Costa Porto

WALTER COSTA PORTO
Chefe do Gabinete

aas/jcsmm/gmg



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Folha N.º _____

V.5

Processo N.º 10052-S/78

Órgão

GABINETE DO MINISTRO

Rubrica _____

De acordo. Arquite-se, conforme pro-
põe o Chefe do Gabinete, de ordem do Sr. Ministro
Em 11 de setembro de 1978

p/ ARMANDO FALCÃO *Fernando B. Falcão*
Assessor Especial
do Ministro da Justiça